

Plano e Orçamento da ADFA aprovados pelo Conselho Nacional

Pág 10



ADFA voltou ao Palácio da Independência

Pág 3

Relatório de Actividades e Contas

Centrais



O primeiro Ministro, no lançamento do Ano Europeu referiu que em relação aos deficientes há muito trabalho a fazer

Pág 10



Págs 14 e 15

Acessibilidade um exercício de direito

Pág 4

Delegações

Págs 4 a 6

Ponto de Encontro

Pág 12

Descontos para o IASFA

Pág 12

Duarte Lima

Associação Portuguesa contra a Leucemia

Pág 13

Pré-preenchimento electrónico do IRS

Pág 15

Episódio de Guerra

Pág 17

Desporto

Págs 17 e 19

CRPG

Pág 19



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director Interino: Sérgio Azougado - Ano XXXIII Março 2007 Mensário Nº 372 Preço € 0,70



PORTE PAGO

General Valença Pinto «os deficientes fazem parte da família Militar»



Pág 4



O secretário de Estado da Defesa retoma o funcionamento do Conselho Consultivo para os deficientes das Forças Armadas

Pág 11

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25.º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária a realizar no auditório do Colégio Militar, Largo da Luz, em Lisboa, no dia 31 de Março de 2007 às 14H00, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

Ponto Um – Apreciar e votar o Relatório de Actividades do Conselho Nacional e respectiva apreciação da Execução do Orçamento da ADFA de 2006 [alínea c) do artigo 34.º];

Ponto Dois – Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direcção Nacional e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Nacional, correspondente ao ano de 2006 [alínea b) do artigo 34.º];

Ponto Três – Proposta de actualização de quotas para 2008 [alínea e) do artigo 34.º];

Ponto Quatro – Reivindicações Legislativas;

Ponto Cinco – Situação da Delegação de Coimbra (notificação da sentença do processo n.º 774/03.7TBCBR);

Ponto Seis – Informação sobre a Delegação de Lisboa;

Ponto Sete – Informação da Direcção Nacional.

Nos termos do n.º 2 do art.º 32.º dos Estatutos, a AGNO reunirá trinta minutos depois da hora marcada, com qualquer número de associados.

Sede Nacional, 6 de Março de 2007
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional
Joaquim Mano Póvoas

Breves

Lar Militar em Estudo



A vice-presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, Cristina Louro, esteve reunida com o presidente da Direcção Nacional da ADFA e o 2º vice-presidente, na Sede Nacional, no dia 6 de Fevereiro, pelas 11h00, em Lisboa.

O objectivo desta reunião foi analisar as condições actuais do Lar Militar e da possível implementação de um projecto global que possa integrar as valências de centro de reabilitação, residência temporária e internamento permanente.

Neste projecto a ADFA conta com a colaboração do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Projectos em parceria com a Segurança Social



A ADFA solicitou uma reunião com a directora da Unidade da Acção Social da Segurança Social (SS), Rosa Araújo, que decorreu no dia 7 de Fevereiro, na Sede da SS pelas 10h00, em Lisboa.

O objectivo desta reunião foi tentar intensificar os serviços da SS a favor dos deficientes militares e as suas famílias, onde ficou definido que após o Centro Distrital enviar a documentação à ADFA, esta compromete-se a desencadear o processo de ligação à Rede Social Nacional.

Foi lançado ainda a possibilidade da Delegação de Lisboa da ADFA, apresentar para o próximo mês de Maio, um projecto – Centro de Dia – Clube Sénior, para a obtenção de apoio financeiro a ser incluído no Orçamento de Estado para 2008.

O que é a Carta Social?

A Carta Social (CS) pretende ser um instrumento multiusos de extrema flexibilidade nos domínios da informação social, da preparação da tomada de decisão aos diversos níveis, de apoio à cooperação institucional e informação ao cidadão.

Esta Carta Social está numa base de dados (BD) com a informação da Rede de Serviços e Equipamentos, onde se pode fazer a pesquisa por freguesia/concelho. Esta BD é actualizada por via on-line, desenvolvido com a colaboração do Instituto de Segurança Social através dos Centros Distritais de Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Casa Pia de Lisboa.

Pode ainda consultar o site da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento em <http://www.dgeep.mtss.gov.pt>, onde encontra o mapa com os distritos de Portugal, bastando seleccionar a região pretendida e fazer a pesquisa de equipamentos por área de intervenção em cada freguesia.

Se quiser encomendar o relatório da Carta Social, pode solicitar para o seguinte correio electrónico: anabela.matias@dgeep.mtss.gov.pt ou por correio dirigido à DGEEP/CID, ao c/ D. Anabela Matias, Praça de Londres, 2 – 2º, 1049-056 Lisboa.

Agenda

por MJC

Janeiro

Dia 23, reunião entre o General Comandante do Comando de Instrução e Doutrina do Exército de Évora e o presidente da Delegação da ADFA de Évora.

Os temas apresentados foram a preocupação com a prevista saída dos processos individuais dos DFA para o arquivo Geral do Exército ou para o Comando de Pessoal, Porto e sobre o pedido de cedência de espaço para ampliação de instalações da delegação.

Fevereiro

Dia 1, protocolo de cooperação entre a Associação Promotora do Ensino dos Cegos e a Fundação Montepio.

Esta cerimónia teve como objectivo a acessibilidade a todos os cidadãos. (ELO, Fev. 2007, pág. 2)

Dia 5, o presidente da DN, José Arruda e a psicóloga, Teresa Infante, reuniram-se com o director do Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra, Mário Ruivo.

Nesta reunião informal, pretendeu-se avaliar as possibilidades de articulação dos Serviços da Segurança Social, com a delegação da ADFA em Coimbra.

Dia 6, reunião com o chefe da Direcção dos Serviços do Exército, General Mendonça da Luz.

Estes contactos inserem-se no âmbito da Acção Social, destacando-se os associados oriundos dos PALOP.

Estiveram presentes nesta acção o presidente da DN, o 1º vice-presidente e o 2º vice-presidente.



Dia 7, a ADFA participou nesta iniciativa do projecto Biblioteca Aberta no Ensino Superior – PBAES, a convite do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) da Universidade de Évora.

A presença da ADFA nesta reunião foi proposta pela Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC).

Dia 9, reunião com o secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, General Luís Sequeira.

A ADFA regista mais uma vez, a elevada disponibilidade do secretário-geral para otimizar todo o processo burocrático em relação aos direitos dos deficientes militares.



Os temas abordados foram sobre questões do Departamento Jurídico do MDN e do dossier do Lar Militar.

Dia 12, assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal de Cascais, a Reabilitação de Alcoitão e o Ténis Clube do Estoril. Este protocolo visa facilitar aos grandes deficientes motores a prática desta modalidade desportiva.



Dia 12 a 17, semana temática "Festival dos Sentidos" que decorreu no Centro Cultural da Malaposta.

Esta iniciativa teve o patrocínio da mulher do presidente da República, Maria Cavaco Silva e enquadra-se na comemoração do 25º aniversário da CEDEMA - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos. Nesta cerimónia a ADFA fez-se representar pelo presidente da DN e pelo 2º secretário.

Dia 13, a DN apresentou informações sobre o dossier do Centro de Reabilitação dos Açores ao secretário de Estado da Defesa e dos Assuntos do Mar.

Dia 14, Reunião com o Chefe de Repartição de Apoio Social, Tenente Coronel Francisco Melim, na Sede Nacional da ADFA. Este encontro visou a troca de experiências entre as duas entidades, na tentativa de solucionar alguns problemas, nomeadamente sobre as questões dos PALOP.

Dia 15, homenagem ao professor Moniz Pereira, organizada pela Câmara Municipal de Lisboa. O presidente da DN esteve presente nesta cerimónia.

Dia 19, o vogal do Concelho Administrativo da Associação Portuguesa Contra a Leucemia (APCL), Duarte Lima, visitou a Sede da ADFA, para analisar a hipótese de acções conjuntas no futuro.



Dia 21, a Direcção dos Serviços do Exército (DSE) visitou a Sede da ADFA, com o objectivo de definir procedimentos entre os dois serviços, nomeadamente na Assistência Social Militar e no atendimento de associados de origem africana.

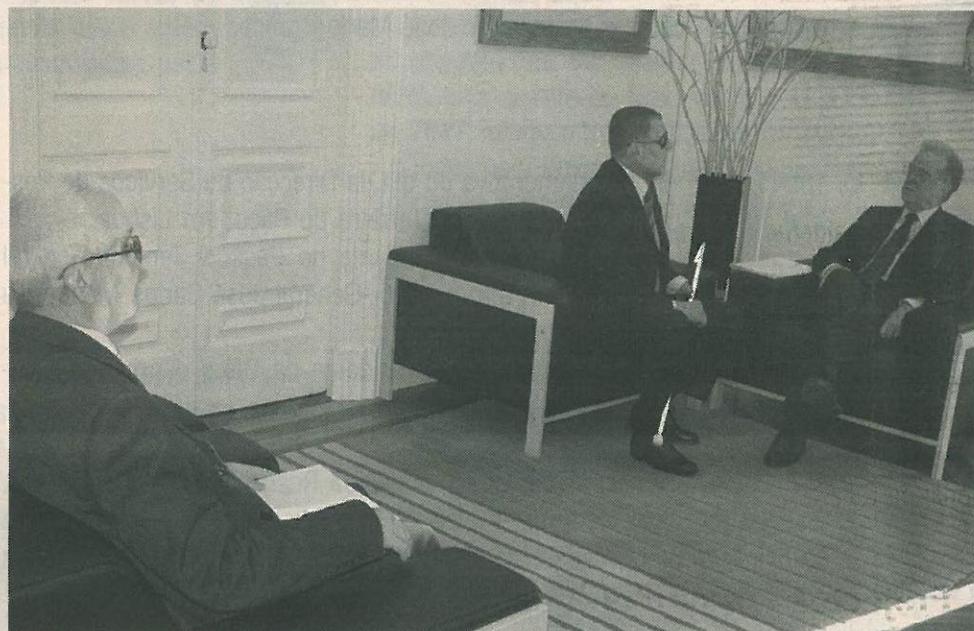
Dia 22, Lançamento do livro "Geração do Fim" – Infantaria 1954-2004, editado pela Prefácio, decorreu pelas 18h30, no Palácio da Independência. Neste livro vai encontrar relatos de factos verídicos de vinte e um oficiais do quadro permanente do curso da Arma de Infantaria entre 1954 e 1957. Num gesto solidário, os autores deste livro decidiram reverter os direitos de autor a favor da ADFA.

Dia 22, 18h00, Luís Cardoso, escritor timorense lançou um livro: "Requiem para um Navegador Solitário". A ADFA no âmbito das relações que mantêm com os países de expressão portuguesa, esteve representada pelo 2º vice-presidente.

- 18h30, Cerimónia de tomada de posse dos Órgãos Sociais para o Biénio 2007/2008, da Associação Guineense e Povos Amigos (AGUIPA), no Auditório do Espaço Ágora da Associação Académica, em Lisboa. A ADFA esteve representada pelo presidente do Conselho Fiscal Nacional, Liakatali Fakir.

Dia 23, pelas 15h00, apresentação do Plano Nacional de Acção do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, realizou-se no Centro de Congresso de Lisboa, com a presença do primeiro-ministro, José Sócrates.

Dia 26, 16h00, audiência com o ex-presidente Jorge Sampaio, solicitada pelo presidente da DN, José Arruda, com o objectivo de obter apoio para o desenvolvimento de projectos na área da solidariedade.



- 18h00, Sessão de Informação sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Social Sustentado. O convite foi formulado pelo vereador da Habitação e Acção Social, Criança e Educação da CML, Lipari Pinto. A ADFA esteve representada pelo presidente da DN.

Dia 27, 9h30, reunião de cooperação na Sede Nacional, com um grupo de trabalho criado pelo IASFA, no sentido da jurista, Helena Afonso, integrar e ajudar a estudar a implementação de cartões magnéticos. Nesta reunião esteve também presente o 2º vice-presidente.



- "17º Encontro Cidade Solidária" realizou-se pelas 15h30, na Sede da ADFA. Nesta cerimónia realizou-se também o lançamento da revista n.º 17 «Cidade Solidária», com o título «Acessibilidades». Esta publicação semestral é da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Dia 28, 18h30, lançamento do livro «Vozes das Mulheres de Timor-Leste», da escritora Teresa Cunha, na FNAC Chiado, em Lisboa. A ADFA esteve representada pelo presidente da DN.

VOZES DAS MULHERES DE TIMOR-LESTE



TERESA CUNHA



Efemérides Fevereiro



Dia 13, em 1996, o actual ex-presidente da República, Mário Soares condecorou a ADFA com a Ordem de Mérito.

Dia 23, em 1987 faleceu José Afonso, mais conhecido como Zeca Afonso, no hospital de Setúbal. Este compositor/cantor eternizou-se com a música "Grândola Vila Morena" do álbum editado no Natal de 1971, "Cantigas do Maio", com os arranjos de José Mário Branco.

Março

Dia 2, 10h45, cerimónia comemorativa do dia da Direcção de Serviços de Pessoal, que se realizou no Edifício do Terreiro do Paço, em Lisboa. O convite foi efectuado pelo Comandante do Pessoal Tenente-General Eduardo Manuel de Lima Pinto e Major-General José Carlos Mendonça da Luz. A ADFA esteve representada pelo presidente da DN e o primeiro vice-presidente.

- 15h00, manifestação "Pelo Direito à Vida, à Reabilitação e ao Trabalho", realizou-se em frente à Assembleia da República, em São Bento, com a participação da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes a convite da CGTP - Intersindical Nacional.

Dia 2, pelas 15h00, a actual Direcção Nacional foi recebida pela primeira vez em audiência com o Chefe do Estado-Maior-General dos Forças Armadas (CEMGFA), General Luís Valença Pinto.

É de salientar a solidariedade que o general continua a manter em relação à problemática dos deficientes Militares.

O general Luís Valença Pinto, afirmou que os deficientes das Forças Armadas fazem parte da família Militar e dos valores que a mesma Instituição representa no contexto Nacional.

A Direcção Nacional (DN) alertou o general para as seguintes questões: a reposição da assistência médica e medicamentosa dos deficientes Militares e respectiva família e a reivindicação de que os deficientes Militares devem ser ressarcidos pelos ramos de origem das Forças Armadas, das importâncias suportadas com cuidados de saúde decorrentes de enfermidades não relacionadas com as lesões que determinam a deficiência.

A DN aproveitou esta audiência para apresentar a situação de injustiça em que se encontram alguns deficientes Militares, que não foram abrangidos pelo Decreto-Lei 43/76, embora as suas deficiências tenham sido contraídas nos teatros de guerra de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e por uma deficiente elaboração processual são considerados pela Caixa Geral de Aposentação iguais a um funcionário público.

O presidente da DN, lançou ao general do CEMGFA um repto no sentido de vir a presidir a um encontro, com a finalidade de informar, debater, trocar experiências sobre todo o processo dos deficientes Militares oriundos da guerra colonial e serviço militar obrigatório, dirigido a militares dos três ramos das Forças Armadas, com a finalidade de juntar esforços para um melhor conhecimento relativo a este ramo da família Militar.

O general Luís Valença Pinto aceitou este convite do presidente da DN, José Arruda, que se prevê realizar ainda este ano de 2007.

A ADFA esteve representada nesta audiência pelo presidente da DN, José Arruda, 2º vice-presidente, Lopes Dias, 3º secretário, Arlindo dos Santos.

Dia 3, Sábado, 9h30, **Reunião do Conselho Nacional da ADFA**, apresentação do Plano de Actividades e Orçamento da Direcção Nacional para o ano de 2007 e ainda a proposta da criação dos Conselhos Jurisdicional, de Reabilitação e Económico.

O Conselho Nacional da ADFA reuniu-se pela primeira vez neste novo mandato de 2007/2009.

Nesta reunião aprovou-se a execução orçamental relativo a 2006 e o relatório do Conselho Nacional referente à sua actividade do ano transacto. Como também, o plano de actividades da Direcção Nacional (DN) e o orçamento da ADFA para 2007, de acordo com os Estatutos.

Neste orçamento para o ano de 2007 foi introduzida uma alteração ao nível do pagamento dos vencimentos dos trabalhadores da Sede e das Delegações, cuja responsabilidade passou a ser exclusivamente da Sede Nacional.

Sob a proposta da DN foram aprovados os Conselhos de Jurisdicional, de Reabilitação e Económico, nos termos do artigo 26.º, alínea m) dos Estatutos da ADFA.

Na próxima edição daremos mais informações sobre as questões tratadas no Conselho Nacional.

Dia 7, jantar comemorativo do 7º aniversário da Associação de Praças da Armada.

A ADFA estará representada pelo 3º secretário da DN, Arlindo dos Santos.

- Conferência sobre "Security in East Ásia", convite formulado pelo director do Instituto da Defesa Nacional, Tenente General Aníbal da Silva. A ADFA estará representada pelo presidente da DN e o primeiro vice-presidente.

Dia 10, Sábado, pelas 12h15, inicia-se a Sessão Solene da comemoração do aniversário da delegação de Castelo Branco, no Hotel Colina do Castelo, em Castelo Branco.

Dia 12 a 16, em Portalegre, Campeonato Nacional das Profissões, uma informação do Instituto do Emprego e Formação Profissional. A ADFA estará representada pelo primeiro secretário da DN, Sérgio Azougado.

Dia 16, 09h15, Complexo Alvalade XXI, 1º Simpósio de Medicina e Traumatologia Desportiva, uma informação da Clínica CUF.

Dia 31, Sábado, 14h00, Assembleia Nacional Ordinária (AGNO), no Auditório do Colégio Militar, no Largo da Luz - Carnide, 1600-498 Lisboa, com o telefone 21 710 40 00.



Delegações

DELEGAÇÃO DA MADEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocatória

Nos termos do n.º 1 do art.º 49.º dos Estatutos da ADFA, convocam-se os associados para a Assembleia Geral Ordinária de Delegação, a realizar dia **10 de Março de 2007**, com início às 10H00, no auditório do Centro de Segurança Social da Madeira, sito à Travessa do Nogueira n.º 13, Funchal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) Apreciação e votação do "Relatório de Actividades e Contas" da Direcção da Delegação e respectivo "Parecer" do Conselho Fiscal de Delegação relativos à gerência do ano de 2006.
- 2) Outros assuntos de interesse associativo.

Funchal, 15 de Fevereiro de 2007

O Presidente da MAGD
Rui Manuel Catanho da Silva



CASTELO BRANCO

32.º aniversário da Delegação

Aos nossos associados

Conforme já divulgado no anterior ELO, pretende a delegação comemorar o seu 32.º aniversário no próximo dia **10 de Março** (sábado), com o destaque e a honra que merece, lançando-se um repto aos associados para que aceitem o convite da sua direcção para estarem presentes com os seus familiares, se assim o entenderem, mostrando nesta comemoração quanto é grande a força que nos une.

Há muito que atingimos a maioria, com muita luta desenvolvida, com algumas vitórias mas também com algumas derrotas. Nem sempre as coisas nos correram de feição, mas desistir é próprio dos fracos. O alcançar os nossos objectivos é algo que não podemos perder de vista, mas isso só poderá ser conseguido numa união cada vez mais forte

Local: Hotel Colina do Castelo

Programa:

11H30 - Recepção aos convidados

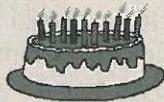
12H15 - Sessão solene

13H00 - Almoço (*)

Preço: 20,00 euros (crianças até 4 anos de idade, grátis e dos 5 aos 12 pagam 50%)

Data limite da inscrição: 7 de Março

(*) cuja ementa será: cocktail/aperitivo com diversas entradas, couvert na mesa, creme de legumes, lombinhos de pescada com molho bechamel, pá de porco assada com puré de maçã e batatinha, salada de fruta, tigelada de Castelo Branco, bebidas, café, bolo comemorativo e espumante.



COIMBRA

Preenchimento IRS

Durante os meses de Fevereiro e Março deste ano, a Delegação irá apoiar os associados no preenchimento das declarações do IRS referentes a 2006.

Para o efeito, os interessados deverão fazer marcação prévia, por escrito ou por telefone.

Dado o grande número de associados que se esperam para este serviço, considerando o exemplo de anos anteriores, a delegação não garantirá este serviço se não for antecipadamente marcado.

Também os requerimentos continuam a ter marcação antecipada, havendo que notar que às terças e quintas-feiras de manhã não há elaboração dos mesmos.

Reunião com Governador Civil

Na sequência de encontros já havidos ou agendados com entidades diversas do distrito, a direcção da delegação reuniu no passado dia 16 de Janeiro com o Governador Civil de Coimbra ao qual, após apresentação de cumprimento, foram expostas as necessidades e ambições da Associação a nível local e oferecidos a medalha e o livro comemorativos dos 30 anos da ADFA, tendo-se o dr. Henrique Fernandes mostrado disponível e solidário com os objectivos da nossa instituição.

Novas valências no Hospital Militar

No estabelecimento hospitalar militar de Coimbra existem as seguintes novas valências, as quais podem ser usufruídas pelos associados:

- RX convencional,
- ortopantomografia,
- mamografia,
- ecografia,
- citologia,
- biopsia, e
- densitometria

Ter em atenção que as marcações deverão ser feitas na Central de Consultas ou através do telefone 23 940 30 80 a partir das 15H00, de segunda a sexta-feira, devendo neste caso ter à mão o número do respectivo processo hospitalar.



Passeio à Serra da Estrela

Integrado no Plano de Actividades programado para o ano corrente, a delegação irá organizar, em **Março** ou **Abril**, um passeio à Serra da Estrela, com visita ao Museu do Pão, em Seia.

Conforme o interesse dos associados, familiares e amigos, em próximo ELO serão divulgados mais pormenores sobre esta iniciativa.

Campismo

Já estão ao dispor dos associados campistas os selos para o ano de 2007, podendo os mesmos serem requisitados nos serviços da delegação, com pagamento prévio.

Conforme informação que nos foi prestada pela Federação de Campismo, o sistema de cartas campistas irá ser alterado, aguardando-se para breve informações mais detalhadas.



LISBOA

Virar a página

Mais tarde ou mais cedo, a surdez e alguma fraqueza com que nos últimos anos se tem dirigido a ADFA acabaria por revelar e trazer a factura que todos já estamos a pagar.

Orientada sem grandes critérios, sem quaisquer projectos associativos – que tão necessários e urgentes têm sido – e sem a participação dos associados, mais tarde ou mais cedo, as consequências eram inevitáveis.

Mas os associados cedo perceberam que a orientação associativa, para a defesa dos seus direitos, não estava no trilho certo, bem pelo contrário. Por isso, alertaram, sugeriram, questionaram, reclamaram, enfim, fizeram tudo o que estava ao seu alcance mas sem que obtivessem êxito, pese embora os seus protestos.

E como se isso não fosse suficiente, na primeira oportunidade foram declarados inimigos da ADFA. Só que o tempo encarregou-se de dar razão a quem já a tinha. Perante isto, será que ainda vamos a tempo de recuperar o que já perdemos?

Por tudo isso, pelos tempos que correm, pelos que ainda possam vir, é urgente que Órgãos Nacionais, locais e os associados se unam numa profunda reflexão, em torno dum projecto Nacional para a reconstrução da ADFA e para retomar a sua força, advinda da grande razão que nos assiste. Virar a página é tarefa de todos nós.



Passeios previstos para o ano de 2007

O departamento de Cultura Desporto e Lazer da delegação de Lisboa, informa todos os associados de que está a organizar dois passeios de fim-de-semana e um de 4 dias a realizar durante o ano de 2007, sendo:

- Em **Abril**, "Festa do Vinho Verde"

- Em **Junho**, "Cruzeiro no Gerês" e finalmente em **Setembro** viajaremos até à "Ilha da Madeira", a Pérola do Atlântico.

Informações mais detalhadas nos próximos ELO e na Sede por Conceição Valente (21 751 26 00)

Sessão de fados

A delegação de Lisboa informa todos os associados que vai realizar na Sede da ADFA uma sessão de Fado Vadio no dia **23 de Março de 2007**, sendo o início do jantar às 20H00.

Todos os pormenores deste evento, serão dados por Conceição Valente através do telefone 21 751 26 00.

Marque já o seu lugar! Só se aceitam marcações até às 18H00 do dia 22.



NÚCLEO DA MARGEM SUL

... com nova direcção

Realizou-se no dia 7 de Fevereiro de 2007, a reunião plenária do núcleo da Margem Sul, destinada a eleger a direcção daquele núcleo, nos termos dos artigos 57.º e 58.º dos Estatutos da ADFA.

Esta reunião plenária foi dirigida pelo presidente da direcção da delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, que se fez acompanhar pelo 1.º vogal da direcção, Orlando dos Santos Pinela.

A reunião plenária teve início pelas 21H00, estando presentes 31 associados residentes naquela área da delegação.

O presidente da delegação de Lisboa sumariou os objectivos da reunião, realçando a importância da existência dos núcleos, congratulando-se também pelo conjunto representativo de associados que responderam à convocatória enviada no dia 29 de Janeiro de 2007.

No prosseguimento da reunião plenária deu entrada na Mesa uma única lista de candidatos à direcção do núcleo da Margem Sul, passando-se de imediato à votação da mesma.

A direcção do núcleo ficou assim constituída:

Presidente: José Isidoro Boralho Barão, associado n.º 3085

1.º vogal: Domingos Manuel David da Costa, associado n.º 7830

2.º vogal: José António Francisco, associado n.º 8117

Os Órgãos Sociais da delegação de Lisboa saúdam a nova direcção do núcleo, desejando que a participação dos associados torne a ADFA, mais viva e participativa naquela área.

A delegação de Lisboa continua apostada numa política de proximidade aos associados e familiares, que no dia a dia se defrontam com problemas sociais que podem ter a nível local, soluções mais rápidas e funcionais.

NÚCLEO DE PENICHE

Eleita a nova direcção

Realizou-se no dia 31 de Janeiro de 2007, a reunião plenária do núcleo de Peniche, destinada a eleger a direcção daquele núcleo, nos termos dos artigos 57.º e 58.º dos Estatutos da ADFA.

Esta reunião plenária foi dirigida pelo presidente da direcção da delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, que se fez acompanhar pelo 1.º vogal da direcção, Orlando dos Santos Pinela.

A reunião plenária teve início pelas 21H00, estando presentes 16 associados residentes naquela área da delegação.

O presidente da delegação de Lisboa sumariou os objectivos da reunião, realçando a importância da existência dos núcleos, congratulando-se também pelo con-





Delegações

Associado, apoia a tua delegação e a ADFA comparecendo às suas iniciativas!

junto representativo de associados que responderam à convocatória enviada no dia 24 de Janeiro de 2007.

No prosseguimento da reunião plenária deu entrada na Mesa uma única lista de candidatos à direcção do núcleo de Peniche, passando-se de imediato à votação da mesma.

A direcção do núcleo ficou assim constituída:

Presidente: Vítor Manuel Cavalheiro, associado n.º 310

1.º vogal: José Rufino dos Santos, associado n.º 7941

2.º vogal: Elísio Vieira da Silva, associado n.º 6979

Os Órgãos Sociais da delegação de Lisboa saúdam a nova direcção do núcleo, desejando que a participação dos associados torne a ADFA, mais viva e participativa naquela área.

A delegação de Lisboa continua apostada numa política de proximidade aos associados e familiares, que no dia a dia se defrontam com problemas sociais que podem ter a nível local, soluções mais rápidas e funcionais.

PORTO

Assembleia Geral aprova "Relatório de Actividades e Contas"



Os associados da delegação do Porto reuniram-se em Assembleia Geral, no dia 24 de Fevereiro, para apreciarem e votarem o "Relatório de Actividades e Contas", assim como o "Parecer" do Conselho Fiscal respeitantes ao ano de 2006.

A direcção da delegação apresentou os documentos em discussão e respondeu às interpelações de alguns associados esclarecendo algumas dúvidas e colocando à disposição todos os documentos julgados necessários para sua análise, embora como foi salientado por um dos presentes: "Venho pela primeira vez a uma Assembleia Geral e verifico que, não sendo necessário fazê-lo, o tesoureiro da delegação apresenta as contas com todos os pormenores e transparência, pelo que os associados ficam a saber em que e como se gastou o dinheiro".

O presidente do conselho fiscal apresentou o seu parecer e referiu a forma como este órgão tinha procedido à verificação de todos os documentos.

Foi posto à votação o "Relatório de Actividades e

Contas" da direcção tendo sido aprovado por uma maioria de 41 votos a favor, com 7 votos contra.



O "Parecer" do conselho fiscal também foi votado tendo igualmente sido aprovado com 41 votos a favor, 6 votos contra e uma abstenção.

A Assembleia teve um ponto da Ordem de Trabalhos para abordagem de informações sobre a vida associativa.

Esse período foi aproveitado pela direcção de delegação para prestar esclarecimentos sobre o regime de assistência médica e medicamentosa, a Lei de Contagem do Tempo de Serviço Militar, o preenchimento da declaração IRS e outras questões relacionadas com o funcionamento da delegação.

Alguns associados intervieram para pedir esclarecimentos, dar opiniões e apelar ao espírito de unidade e coesão associativas.

A este propósito foi sublinhada a necessidade de ser adoptada uma postura associativa mais pedagógica e construtiva, pondo-se termo a uma linguagem de "tricas e dicas", procedimento este que só leva à desunião associativa.

No que se refere à acção reivindicativa foi igualmente feito um apelo para que nos unamos numa proposta que dê prioridade à questão da "clarificação do conceito de Campanha e de Risco Agravado".

Na manhã do mesmo dia teve lugar a reunião do Conselho de Delegação que aprovou por unanimidade o parecer favorável sobre a execução do Orçamento de 2006.

Delegação encerra na segunda-feira de Páscoa

Informam-se os associados que a delegação do Porto vai encerrar no dia 09 de Abril (segunda-feira de Páscoa).

Por tal motivo, pede-se a melhor compreensão de todos, já que não é habitual este encerramento em anos anteriores.



Viagem anual

Como habitualmente acontece, está a ser preparado o programa de lazer para o ano em curso.

Deste programa faz parte a viagem anual, na 2.ª quinzena de Agosto, cujo destino provável é a região dos Alpes.

Informe-se junto da delegação.

Notícias de desporto

Campeonato de bóccia para seniores

O bóccia é uma modalidade desportiva inspirada num jogo da antiga Grécia, do qual descenderam modalidades como o bowling, a malha e a petanca.

Na actualidade foi adaptada para ser praticada por pessoas portadoras de paralisia cerebral, assim como por pessoas mais idosas (60 anos ou mais).

É um jogo de pavilhão, que pode ser jogado individualmente ou em equipa. Cada jogador ou equipa dispõe de seis bolas, vermelhas ou azuis, existindo ainda uma bola branca (bola alvo) e o objectivo é lançar as bolas de cor o mais próximo possível da bola branca.

Esta modalidade é praticada habitualmente na delegação do Porto, estando organizada em secção com uma equipa que nesta época 2006/2007 compete no campeonato de bóccia para seniores.

A equipa do Porto já disputou dois jogos e os seus elementos encontraram-se bastante animados e com a expectativa de bons resultados.

Inscrições para o torneio de bilhar

No âmbito do "Torneio das Estações" vai realizar-se nos meses de Março e Abril o 2.º campeonato de bilhar/snooker.

Os interessados em participarem neste campeonato deverão efectuar a inscrição até ao dia 12 de Março, no bar da delegação.

Ao vencedor será atribuído um prémio, sendo de esperar que este 2.º campeonato tenha a mesma adesão e o mesmo entusiasmo que o do ano anterior.

NÚCLEO DE SANTA MARIA DA FEIRA



Adiada a eleição da direcção do núcleo

O núcleo da ADFA em Santa Maria da Feira foi a primeira estrutura local a ter existência formal, no âmbito da delegação do Porto, sendo dirigido por uma direcção cujo mandato se completou, pelo que se torna necessário proceder à eleição de novo elenco.

Com esse objectivo realizou-se no dia 17 de Fevereiro um plenário no núcleo, convocado pela direcção de delegação que contou com a presença de 42 associados.

Os elementos da direcção fizeram um balanço da actual situação do núcleo e apresentaram os factores que consideraram serem relevantes para que o mesmo possa ter uma acção mais eficaz e concretizadora dos objectivos a atingir, nomeadamente no que diz respeito a uma sua nova sede e a uma maior divulgação da ADFA a nível local.

Alguns associados presentes apresentaram as suas opiniões relativamente à constituição da futura direcção, tendo convergido na vontade de que os actuais elementos continuassem. Face aos motivos de ordem pessoal apresentados pelo associado António

Receitas

Embora Bragança, certamente por causa das baixas temperaturas, não tenha conseguido dar saída ao MVL (ainda se lembram: Movimento de Viaturas Logístico, ou simplesmente... "VEM AÍ A COLUNA!!!"), Vila Nova de Famalicão resolveu fazer o desejado e esperado reabastecimento, do qual só vamos confeccionar uma parte, não vá a sofreguidão (que o "rancho" é bom e farto!) sufocar alguém...

Papas de Sarrabulho

Ingredientes para 6 pessoas:

250 g de fígado de porco, 250 g de bofes de porco, 250 g de goelas de porco, 250 g de coração de porco, 1 osso da suã de porco, muito curado, 250 g de galinha gorda, 250 g de carne de vaca, 250 g de sangue de porco cozido, 2 tigelas de farinha de milho peneirada (cerca de 250 g), sal e cominhos.

Preparação:

Põe-se uma panela com água ao lume e, quando ferver, juntam-se as carnes, temperam-se com sal e deixam-se cozer até a galinha se desfazer.

Depois de cozidas, retiram-se as carnes e junta-se ao caldo a farinha para fazer uma papa não muito espessa, o sangue e um pouco de fígado cozido e esmagados à mão, as carnes previamente desfiadas e um pouco de cominhos.

Mistura-se tudo e deixa-se cozer.

Servem-se as papas em tigelas, polvilhadas com mais cominhos.

Rabanadas

Ingredientes para 6 pessoas:

1 pão de véspera (cacete ou de forma), 3 dl de leite, 4 ovos, 300 g de açúcar, canela, 1 casca de limão, óleo para fritar.

Preparação:

Leva-se o leite a ferver com duas colheres de sopa de açúcar e a casca de limão.

Batem-se os ovos muito bem, de modo que a clara fique imperceptível.

Corta-se o pão em fatias com cerca de 1,5 cm e passam-se primeiro pelo leite e depois pelos ovos.

Fritam-se em óleo bem quente e escorrem-se sobre papel absorvente ou sobre um pano.

Servem-se polvilhadas com açúcar e canela ou com calda de açúcar.

Santos, para não continuar no cargo de presidente, este sugeriu que fosse substituído pelo associado Francisco Ribeiro, facto que mereceu o apoio dos associados presentes.

Foi também manifestada a opinião de que o associado Manuel Faria se mantivesse no cargo de tesoureiro, pelo que a futura direcção se manteria com os mesmos elementos e ainda com a possibilidade de alargamento a mais dois, passando a sua constituição a ser de cinco em vez de três elementos.

Após uma troca de impressões entre os vários elementos, foi entendido de que deveria ser objecto de uma reflexão e de acerto de pontos de vista entre os mesmos, razão pela qual foi adiada a eleição da futura direcção para novo plenário a ter lugar no último sábado do mês de Março.

Esgotado o tema principal do plenário, a reunião foi aproveitada para prestar aos associados esclarecimentos sobre os últimos desenvolvimentos no regime de assistência médica e medicamentosa (ADM), a actualização das pensões e a campanha de angariação de fundos através da declaração do IRS de 2006.

Uma vez mais os associados do núcleo de Santa Maria da Feira demonstraram estar motivados e participantes na vida associativa.



VISEU

Assembleia Geral Ordinária de Delegação

A Assembleia Geral da Delegação de Viseu da ADFA, para aprovação do "Relatório de Actividades e Contas" da Direcção e do "Parecer" do Conselho

Fiscal, marcada para o dia 17 de Fevereiro, às 10 horas, iniciou-se com meia hora de atraso por não estar presente a maioria dos associados.

A MAGD deu início aos trabalhos, e o seu presidente, desejando as boas vindas aos presentes, fez uma breve apreciação aos relatórios e às contas, dando de seguida a palavra ao presidente da direcção para que fosse lidos aqueles documentos, bem como fazer uma análise quer das acções realizadas e a realizar para o ano de 2007, como também das contas às quais também o tesoureiro teceu comentários na ajuda para perceber alguns número exemplificativos do que é hoje a delegação de Viseu, numa demonstração clara de que está no rumo de vida certo.

Pelo relator do conselho fiscal foi, seguidamente, lido o parecer favorável à aprovação das contas, realçando o trabalho da direcção da delegação, não só em relação à boa gestão financeira, como também à boa imagem que hoje a Associação dos Deficientes das Forças Armadas desfruta na região, onde é respeitada e admirada por todos, o que não se verificava há cerca de vinte anos atrás, sendo notórios o esforço e o trabalho realizados por esta delegação da ADFA do interior do país.

Depois de diversas intervenções por parte dos membros da assembleia, e também da Mesa, foram o "Relatório de Actividades e Contas" da direcção e o "Parecer" do conselho fiscal aprovados por unanimidade. Falou-se de seguida sobre o edifício legislativo, muito maltratado nos últimos anos, com a perda de direitos como o caso da assistência médica, 134/97, furiéis, deficientes em serviço e outros, tendo-se

entendido dizer à Direcção Nacional que tenha em especial atenção os nossos problemas a tratar com muita urgência, no Conselho Consultivo para os Deficientes das Forças Armadas, no Ministério da Defesa Nacional. Não esquecer que já estamos na terceira idade e se os nossos problemas não forem tratados já, então também já não vai valer a pena, como já aconteceu e está a acontecer com os nossos companheiros, que na guerra lutaram por um Portugal livre e democrático e ficaram deficientes e a sofrer para toda a vida. O apelo à Direcção Nacional aqui fica, esperando-se que com o querer e saber do presidente da DN e da sua equipa, se saiba, junto do Governo, fazer ouvir a sua voz e a razão dos nossos direitos.

A Assembleia terminou com algumas informações e o apelo à participação de todos os associados na vida associativa, que se quer activa em todas as áreas, e no compromisso de todos estarem presentes para o ano.

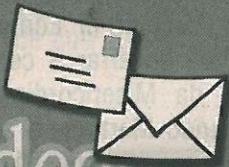
Eram cerca das 12h40 quando o presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Viseu deu por findos os trabalhos.

IRS – preenchimento de declarações

Os serviços da delegação estão à disposição dos associados para esclarecimentos e ajuda no preenchimento das declarações de IRS relativas a 2006, dentro do horário normal de expediente.

Aos que não tiverem necessidade de tal, lembramos aqui que poderão fazer reverter para a ADFA 0,5% do imposto a pagar, bastando para isso que o indiquem no local próprio (Anexo H, quadro 9, campo 901 – n.º contribuinte 500032246).

Cartas do Mondego



Uma saudade, um privilégio

E já se passaram 20 anos sobre a morte de Zeca Afonso... O homem, o poeta de toda uma geração de portugueses, o bardo da Liberdade, acabou os seus dias vitimado por uma coisa estúpida com um nome esquisito que até parece ter sido inventada só para acabar com ele.

A terrível agonia de José Afonso, e o seu falecimento a 23 de Fevereiro de 1987 foram talvez dos mais gritantes actos de injustiça e cegueira da Divina Providência.



A maior perda porém, foi outra e talvez muito mais importante: a do exemplo de integridade, de rebeldia, de impecabilidade, que foi José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos, nascido a 02 de Agosto de 1929 em Aveiro. O pai era Delegado do Procurador da Republica nas ex-colónias. Aos 4 anos, está em Angola. Na idade escolar vem para o continente, onde completa a instrução primária, vivendo em casa de uma tia e nessa idade, começam a manifestar-se os primeiros traços de futura personalidade. Os maus tratos a que o professor primário submetia os alunos, levam-no a regressar a Angola para junto dos pais.

Quando estes vão para Timor, onde serão prisioneiros num campo de concentração japonês durante a II Grande Guerra, Zeca fica em casa de um familiar em Belmonte. Depois, é Coimbra, o liceu e o curso de histórico-filosóficas da Universidade da Lusa Atenas. É por essa altura que começa a cantar no Orfeão Académico de Coimbra, depressa se tornando conhecido no mundo do fado coimbrão e das baladas.

A sua contestação ao regime, fá-lo também a começar a ser vigiado pela PIDE. Surge o primeiro casamento do qual nascem dois filhos. Vai dar aulas para um colégio em Mangualde.

É em Faro que no início da década de 60 conhece a sua nova companheira até ao fim da vida de quem terá mais 2 filhos.

Entre 1964 e 1976 é professor em Moçambique. Novo périplo colonial, novas lutas. É expulso de Lourenço Marques onde lecciona num centro associativo para nativos e segue para a cidade da Beira. Regressa à chamada metrópole e é colocado no liceu de Setúbal, onde, pelas suas posições políticas volta a ser falado nos corredores da polícia política. Denuncia corajosamente através da sua poesia e não só, a vigarice, a intriga, repudiando o que se passa com muitos colegas de ensino. É expulso do ensino oficial em 1967 e passa a viver de explicações. Em 1969, acompanhado por outros músicos e cantores, participa no primeiro encontro da Mutualité em Paris. O tema é a "Canção Portuguesa de Combate".

Seguem-se três prémios da Casa da Imprensa pelo melhor disco em 1969, 1970 e 1971 e dois pela melhor interpretação em 1970 e 1973. Entretanto a

rebaptizada Comissão de Exame Prévio (Censura), corta-lhe sistematicamente o direito de ser ouvido. A sua contestação à Guerra Colonial através da sua música, faz crescer o ódio do regime à sua figura.

É ouvido à socapa nos meios estudantis e operários.

É falado em alguns jornais através do anagrama (ESOJ OSNOFA).

Em Março de 1974 é proibido de cantar o seu reportório no Coliseu de Lisboa, conseguindo apenas duas canções, uma das quais, a "Grândola Vila Morena", proibidíssima na época.

Mal se sabia, não sonhavam as autoridades que dias depois, o tema serviria via rádio de gatilho para a marcha dos militares sobre Lisboa.

Num país em que se morria de tédio, primeiro sob a tutela do monge de Santa Comba e depois sob a capa do seu sucessor, o 25 de Abril foi a festa que se sabe.

José Afonso não parou de dar espectáculos sem cachet, ou simbolicamente pagos, sempre solidário com os mais desfavorecidos.

Dá concertos por toda a parte. A sua extraordinária capacidade poética e musical é finalmente conhecida sem receios. Em 1981 o Libération refere-se-lhe como o "Último Dinossauro". Sempre renunciou a fama e a fortuna. De facto uma espécie em extinção. A piada acabará por revelar-se premonitória, já que será nesse ano que começariam a manifestar-se os sintomas da doença. Os últimos anos de José Afonso foram a prova concludente de que aquilo que ele sempre tinha cantado dera os seus frutos: "Traz outro amigo também"! Não fossem esses amigos e a sua mulher também, "Majores que o pensamento", teria morrido da forma mais desesperante. Continuou como sempre. Lutou, apoiou e cantou. Foi um grande amigo dos deficientes militares em geral e da ADFA em particular. Visitou-nos por diversas vezes no Palácio da Independência. Sempre solidário com a nossa luta e corrosivo para com o Poder e aqueles democratas que mostravam pateticamente que sempre o admiraram, referindo-se a estes como: "cambada engravatada e escolopêndrica".

Em Fevereiro de 1987, a morte saiu à rua. A sua voz não morreu, não morrerá.

Num tempo de aniversário da ADFA que se aproxima, que o exemplo de Zeca nos faça ter coragem para enfrentar "Os Vampiros" e que de uma vez por todas se acabe com os "Meninos do Bairro Negro". Que se ouçam as "Cantigas de Maio" e que os nossos dirigentes saibam fazer dos "Cantos Velhos", "Rumos Novos". "Que Cada Um Traga Outro Amigo Também", "Mais Cinco", os que quiserem juntar-se à luta. "Que o Côro dos Tribunais" não abafe os nossos direitos, nas "Tamanquinhas" de cada um a caminhada sem parar. "A Bucha é Dura, Mais Dura é a Razão Que a Sustém" / "Siga a Rusga Onde Não Há Lugar Para os Filhos da Mãe".

Nota da Redacção: ELO agradece ao associado Maia a sua nunca esquecida, e sempre imprescindível, recordação de José Afonso, do nosso Zeca



Acessibilidades – um compromisso de cidadania

No passado dia 27 de Fevereiro, o Auditório Jorge Maurício, na Sede nacional da ADFA, foi cenário privilegiado para o lançamento do número 17 da revista “Cidade Solidária”, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entidade que decidiu consagrar as suas duas edições semestrais de 2007 a questões que se prendem com o tema “Igualdade de Oportunidades para Todos”, numa resposta pronta ao facto do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia terem instituído o mesmo como lema para o “Ano Europeu” de 2007.

Com a presença de personalidades e delegados de associações e outras entidades da área social e da deficiência, nomeadamente o Instituto de Segurança Social/ISS, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, a CNOD, a ACAPO, para além da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com elementos da sua Mesa Administrativa, a directora executiva, colaboradores e autores da revista, bem ainda o representante do Director-Geral da DGPRM/MDN, ocuparam a presidência da sessão o Provedor da SCML, Rui Cunha, o orador convidado, Edmundo Martinho, presidente do Conselho Directivo do ISS, e o presidente da DN da ADFA, José Arruda.

Iniciando as intervenções, o presidente da DN começou por saudar os restantes elementos da Mesa e cumprimentar os presentes, considerando um privilégio ter a ADFA sido escolhida para tal evento, dado o prestígio de que se reveste, referindo o facto de ainda num tão recente dia 17 de Janeiro ter sido assinado um protocolo de colaboração entre as duas instituições, pelo que bem se podia dizer que também a SCML estava em casa.

Sobre o tema base para esta edição da revista, recordou o respectivo editorial e a importância da decisão da União Europeia em ter consagrado 2007 à “Igualdade de Oportunidades para Todos”, considerando que para além de se continuar a insistir numa cada vez maior sensibilização para o problema das acessibilidades, se deveriam canalizar, também cada vez mais, as sinergias das instituições para acções conjuntas, estando já pensada uma contra todas as formas de discriminação, no sentido de um mundo melhor, mais igual, mesmo como resposta à

determinação das pessoas com deficiência em levantar a sua voz, estando a ADFA disponível para participar da forma mais activa possível.

Encerrando esta sua primeira intervenção, José Arruda não só lembraria o facto de Portugal presidir à União Europeia no segundo semestre do ano corrente, e o que de esperança, melhor, concreto, isso pode/deve significar, como afirmaria a necessidade de comemorar devidamente o 30.º aniversário da criação do Secretariado Nacional de Reabilitação, estando a ADFA a preparar um grande debate com a participação de várias personalidades, nomeadamente Jorge Sampaio que, como Presidente da República promulgou, em 1997, o Decreto-Lei 123/97, primeiro documento legislativo específico sobre a questão das acessibilidades.

Falando de seguida, o Provedor da Santa Casa, após saudar também os presentes, agradeceu a cediência da Sede e o entusiasmo da ADFA, para esta cerimónia, lembrando também a assinatura recente do protocolo de cooperação entre as duas entidades.

Referindo-se ao tema principal da revista, recordou que já há cerca de 10 anos, numa conferência em Bolonha precisamente sobre “Citá per tutti”, havia ficado muito impressionado ao ouvir de uma vereadora de Barcelona que a sua era uma cidade totalmente livre de qualquer limitação à mobilidade e à acessibilidade, o que comprovava numa visita que então lhe fizera, situação que lembrava que um dos maiores erros, para além das boas intenções, do citado DL 123/97, quando era então secretário de Estado, tinha sido, ao conceder um prazo de 7 anos para a reconversão dos edifícios públicos no sentido de serem acessíveis a todos, não ter previsto sanções para quem não cumprisse, pelo que muito poucos foram os que tal fizeram. E se a questão era então grave, hoje estava pior, na medida em que as modernas tecnologias abriram novas áreas



em que as dificuldades de acesso se multiplicaram.

Seguiu-se no uso da palavra, para a intervenção de fundo, o director do ISS que preferiu, não simples reflexões como tal quis considerar, mas uma magistral palestra sobre o tema “acessibilidades”, a qual, encantando e prendendo todos os presentes, não pode, infelizmente, ser transmitida por escrito aos leitores do ELO, pelo impossível da transcrição da fluência e da eloquência da palavra, da oportunidade, e da tonalidade, dos pequenos apartes que tanto enriqueceram o fundamental. Vamos tentar, infelizmente sem suporte áudio, dar uma ideia, ainda que pálida, da “lição” proferida, num acompanhamento sequencial de algumas notas tomadas, esperando não trair, de forma nenhuma, o pensamento desenvolvido.

Começou o dr. Edmundo Martinho... (ver caixa).

Para encerrar a cerimónia, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa agradeceu ao dr. Edmundo Martinho a excelente conferência proferida, reconhecendo que há ainda muito trabalho a fazer, tendo depois o presidente da DN/ADFA, certamente também entusiasmada com as palavras do director do ISS e com o acolhimento por parte da assistência, lançado logo o desafio para se alargar este debate em futura iniciativa, claro que com a inestimável colaboração do orador, o que este logo prometeu.

■ JMS

Começou o dr. Edmundo Martinho por referir ter lido algures que alguém associara o gosto dos portugueses pelas rotundas à sua maneira de ser, isto é, preferindo tantas vezes dar a volta aos problemas enfrentados, procurando mais rodeá-los do que entrando de frente na procura de soluções. E, em certa medida, tal reflectia-se no próprio termo que havia sido escolhido para “encarar” as dificuldades das pessoas com deficiência: é que não se trata de “acessibilidades” – o termo/conceito instituído, mas sim, e rigorosamente, de “obstáculos”... que esses é que representam o cerne da questão!

Escolhendo “acessibilidade”, que diz tudo e não diz nada, suavizamos o problema, não entramos de frente: colocamos-lhe uma rotunda! Ganhar-se-ia muito se, à partida, definíssemos mais claramente as questões, os próprios conceitos. Assim, “acessibilidade” não traduz propriamente obstáculo, dificuldade ao exercício de direitos...

Aliás, em Portugal não existe, certamente, uma “cultura de direitos”; o que se vê na prática é serem considerados aqueles que os reivindicam, defendem ou procuram como “embirantes” e o acto como “reclamação”. Por vezes somos exigentes com coisas corriqueiras, mas entendemos o “livro de reclamações” como uma maçada, para não dizer outra coisa, em vez de o considerarmos um modo e um estímulo para melhorar o que está mal ou podia estar melhor. Porque também não temos humildade, não temos instituído o sentido de crítica, no melhor dos sentidos.

E se quisermos saber bem o que são direitos, até o que somos e o que se espera de nós como cidadãos, temos à disposição esse documento importante que é a

“Carta Social Europeia”.

Em termos nacionais, se alguns melhoramentos, ou intenções, no edifício legislativo se acabaram por tornar “perversos”, caso do Decreto Lei 123/97 mencionado pelo dr. Rui Cunha, em que por não haver previstas sanções não houve resultados, a situação geral sofreu tendência para piorar, dado que ao aparecimento de novas tecnologias, e novas áreas de trabalho, não se acutelaram as respectivas acessibilidades, isto é, o que aconteceu na verdade foi terem emergido novos obstáculos aos direitos dos cidadãos com deficiência.

Porque o que se passa em Portugal tem muito a ver com uma certa maneira de ser em que, por exemplo, os próprios médicos sabem que se “não conheces ninguém no hospital, tás feito”, ou em que se corre o risco de que o “rendimento social de inserção” possa ser, pelos vários actores, considerado um estímulo à preguiça ou ainda, noutro aspecto, o apoio aos pobres os obrigar logo ao “lavadinho e bem comportado”.

Quando reconhecemos “direito à acessibilidade”, no seu todo e não apenas no meramente físico, temos que o despir dos nossos preconceitos e não temos, não podemos, ainda por cima logo à partida, condicionar as acções aos “deveres” que achamos logo, ou até previamente, que existem para os utentes. Desse erro, trágico, são bem exemplo os muitos “lares” de idosos ou para crianças e jovens em que os atropelos são evidentes e constantes, quer sejam mesmo do Estado ou até da Igreja.

O caminho é longo e tem muito que ver com as próprias instituições, não só ONG e não só meramente “sociais”, grande parte das quais, tendo nascido com

grande sentido altruísta e com prática democrática, são hoje perfeitas autocracias que se auto-justificam pela existência (vaidade?) de quem lhes está à frente, já pouco voltadas para o exterior e para a sua primeira razão de ser. Veja-se o recente caso de uma associação em que, em época eleitoral, a lista habitual levantou problema pelo aparecimento, que devia ser normal, de uma concorrente.

Entendendo-se este uso do termo “acessibilidades” como querendo dizer “existência de obstáculos”, talvez seja mais fácil perceber como, por exemplo, a falta de rendimentos é um transtorno ao acesso a tantos direitos. Mas cuidado, não se caia no erro de, como tanto é usual, contrapor, obrigatória e primeiramente, “deveres” a “direitos”. O “dever é sempre um resultado do “direito” e nunca uma sua condição.

Aliás talvez seja no sentido de um melhor entendimento de conceitos que o caminho a fazer é mais importante. Assim, e voltando ao princípio, só faz então sentido falar de acessibilidades se for para reconhecer os obstáculos e enfrentá-los.

Do mesmo modo que o problema não está nos passeios altos ou nos postes no meio da rua! O problema está em saber porque é que eles existem. É que muitas destas barreiras são obstáculos nas nossas próprias cabeças, de quem decide, faz ou legisla. “Deficiência” é o que encontramos na informação/formação de quem, não o sendo, coloca o seu carro num lugar destinado a deficientes.

A terminar, e porque já fui longo neste “obstáculo” que acabo de enfrentar, repetir que não há que ter receio do confronto de ideias, construindo “rotundas” como resolução de problemas.

A ADFA voltou ao Palácio da Independência...

... para cerimónia do lançamento do livro "A Geração do Fim, 1954- 2004 "

Presentes no lançamento que ocorreu a 22 de Fevereiro 2007, no salão nobre da Sociedade de História da Independência de Portugal:

Na Mesa (na foto da esquerda para a direita): Sr. Ten General Silvestre Martins, que proferiu o discurso de agradecimento aos presentes em nome dos autores; Sr. Dr. Jorge Rangel Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Presidente do Instituto Português de Macau, Presidente do ELO'S sediado em Santos-Brasil, Professor nas Universidades de Tóquio, Singapura, Rio de Janeiro; Sr. Dr. Nuno de Carvalho, Editor da Prefácio; Sr. Professor Doutor Rui Azevedo Teixeira, que fez a apresentação do livro (cuja a intervenção se transcreve a seguir).

Na 1.ª fila - entidades convidadas: Sr. Comandante da Academia Militar, General Paiva Brandão, representando também o Sr. Generais Ramalho Eanes (ausente no Conselho de Estado que decorreu à mesma hora) e Pinto Ramalho CEME (ausente em visita às FA na Bósnia); Sr. Bispo de Madarsuma, D. António dos Reis Rodrigues; Sr. General Altino de Magalhães; Sr. General Rocha Vieira; Sr. General Garcia dos Santos; Sr. General Cabral Couto; Sr. Coronel Vasco Lourenço, Presidente da Associação 25 de Abril; Sr. José Arruda, Presidente da ADFA.

Entre as centenas de pessoas que enchem o Salão Nobre, salas contíguas e escadaria de acesso ao SN, encontravam-se as Viúvas, filhos e Netos do Cor. João José Rodrigues e Cor. Tir. Rebelo Marques.

Viam-se ainda Almirantes e Generais na Reserva e na Reforma e Generais no activo, de que destacamos

Matos Coelho e Rino entre muitos civis e militares (alguns do curso de entrada na EE em 1954).

Também atentos a este evento os Historiadores Manuel Amaro Bernardo e Matos Gomes.

Um grupo de 21 Oficiais Superiores do Exército do curso de Infantaria de 1954 da Academia Militar, escreveram um livro que retrata o seu percurso ao longo de 50 anos no qual desempenharam as mais diversas funções militares e políticas que vão desde Conselheiro da Revolução, Ministro, Governador Civil, Professores e investigadores Universitários, Gestores de sucesso em empresas industriais e de segurança, dirigentes associativos, na advocacia e consultadoria económica, até escritores e ensaístas.

E estes homens que viveram os acontecimentos graves e importantes da nossa história recente tanto na Guiné, Angola, Moçambique, Índia, Timor, como aqui em Portugal, num acto da maior nobreza e para nosso deslumbramento, decidiram, em sinal patriótico do mais sentido e profundo reconhecimento pela nossa condição de deficientes das Forças Armadas, atribuir à ADFA os direitos de autor do Livro que acabaram de dar à estampa.

Reconhecemos neles aqueles que nos comandaram e conosco combateram nas chanas sem fim, nos lodaçais do tarrafo que ainda hoje são visão cinzenta, lodosa e sufocante de sonhos doentios, nas



florestas e matagais que nos retalharam o corpo e a alma, e porque a nossa noção de valor próprio e identidade, está intimamente ligada ao valor que os outros nos dão, pois todo o homem procura que o seu semelhante o valorize tanto quanto ele se valoriza a si próprio, o nosso Presidente José Arruda, em discurso brilhante e de improviso, interpretando de forma sublime o sentir de todos os DFA, agradeceu a homenagem que nos era feita naquele Palácio carregado de História e que foi berço da nossa ADFA.

Em devida oportunidade teremos estes Oficiais na nossa casa para eventos culturais que permitirão manter uma ligação que desejamos para sempre. Nas pessoas dos que os representam, Ten. Gen. Silvestre Martins e Coronel Lomba Martins, o nosso Bem-Haja. O Livro estará à venda na ADFA e porque a sua capa os menciona a todos, dispensamo-nos de o fazer aqui.

Armando Ramos
Associado n.º 6405

"A geração do fim"

Em apresentação do Professor Doutor Rui Azevedo Teixeira

Os autores do Livro "A Geração do Fim" pertencem à última geração que combateu no Império, à geração que, pela derradeira vez, defendeu as gigantescas fronteiras do último (e primeiro) Império de tipo tradicional. Citando mas subvertendo o Pessoa de Mensagem, para quem, quando o Império se abria, Bartolomeu Dias era "O Capitão do Fim", direi que estes são homens da Geração do Fim. É a última geração que conheceu a Grandeza e, simultaneamente, a primeira e a única que conheceu o Fechamento. Serão os "anti-lusíadas", os militares que "ninguém cantará", como diz com mal disfarçada mágoa, Manuel Alegre em Jornada de África?!

Deles retenho um itinerário vital colectivo que me parece feito essencialmente de quatro fases: idealismo, realismo, nostalgia e apaziguamento. Os infantes deste Curso de há meio século viveram as duas primeiras fases basicamente no Império visto terem sido membros do que os académicos militares norte americanos chamariam The Fortress. A Fortaleza é a tribo nómada de militares do Quadro Permanente (e respectivas mulheres e filhos) que tem por missão a defesa de todas as parcelas do Espaço Português. Esta Fortaleza móvel circula com as suas "imbambas" entre o Minho e Timor, passando pelas vastidões africanas -pela chana, pela floresta, pelo tarrafo e pelos apertos territoriais que são Macau, Goa, Damão e Diu. Estes militares são idealistas quando partem pela primeira vez, nos míticos "Niassa", "Pátria" ou "Vera Cruz" para o Império-ardem de orgulho, de desejo de aventura e de glória e sobretudo sentem a nobreza do Servir. Estão ao serviço da Pátria e do Império; jovens e frescos sentem horacianamente que Decorum est pro patria mori; explodem-lhes no coração versos de Camões ("Esta é a ditosa Pátria minha amada") e nas cabeças vagueiam passagens de Hemingway ou de Lartéguy.

Com as sucessivas comissões tornam-se realistas porque somatizam os amargos momentos do vi-

vido, porque assimilam a ideia dolorosa mas certa de que o Império estava condenado, ia contra o tempo.

A nostalgia e o apaziguamento são etapas vividas em Portugal, na velha Pátria agora sem Império, ou seja, são etapas vividas no tempo da radical mudança de paradigma da nossa História. "Era a guerra mas tínhamos vinte e cinco anos e Uma Causa!" ou "Estávamos errados mas tínhamos Grandeza!" são os pensamentos fundamentais que fazem nascer o pensamento nostálgico, que fazem renascer o Império pelo prisma do tão português "gosto amargo" garreteano que é a Saudade. O apaziguamento, a última etapa da curva da vida, surge quando se constata que o Esforço, que as tarefas verdadeiramente ciclópicas empreendidas pelo aparelho militar português não foram em vão - afinal, continua a existir uma unidade do "Minho a Timor", agora sob a forma de uma rede civilizacional e afectiva sustentada pela Língua Portuguesa. O Império prossegue... doutro modo. O nebuloso quinto Império de Vieira e de Pessoa parece estar aí, pelo menos em estado incoativo.

Este Livro feito de memórias soltas - e sabe-se como elas puxam umas pelas outras, como as "memórias procriam", como diz Augustina Bessa-Luís - e escrito a muitas mãos é forçosamente de natureza heteróclita. Assuntos diversos, sensibilidades diversas e estilos diversos fazem desta obra uma miscelânea, um pot-pourri, que encontra o seu módico de unidade no facto de assentar em recordações de indivíduos, ou mais rigorosamente de camaradas, com a mesma nobre profissão das armas e que se



conhecem "de gingeira", que se conhecem desde os idos do miolo do século passado. A maioria dos textos são, como diz Melo Parente, "crónicas verdadeiramente descontraídas", os outros textos, minoritários, temperam a "descontração" geral com a descrição de acontecimentos marcantes da nossa História recente, que foram vividos por dentro (ou muito próximo) por quem os descreve.

Em síntese conclusiva, diria que este Livro é um precioso guia informal para uma viagem que se queira fazer pela frenética História e pela espectacular Geografia dos nossos últimos cinquenta anos. É também um acto de escrita que se cumpre, ou seja contando histórias individuais - como a da terrível vitória sobre o azar físico do advogado Passos da Silva - ou episódios importantes relativos a um grupo de indivíduos, esta obra acaba por ter significado para o colectivo português. Este Livro desprezioso acaba por nos representar a todos, quer a nível da nossa História, quer, de um modo mais profundo e mais vasto, a nível do humano, do eterno universal. Neste último plano, ressalta o caso hemingwayano relatado por José Aparício de "um senhor muito idoso e muito distinto" que em solidão total, espera "resignadamente" pela sua morte na Mitra de Xabregas.

A Igualdade de Oportunidades compete a Todos

O primeiro-ministro, José Sócrates apresentou no dia 23 de Fevereiro, pelas 15h00, o Plano Nacional de Acção do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos - 2007, no Centro de Congressos de Lisboa.

O ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira e o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, José Vieira da Silva, convidaram a Associação dos Deficientes das Forças Armadas para esta cerimónia.

Nesta cerimónia aberta à participação do público, o primeiro-ministro disse que «a igualdade de oportunidades compete numa primeira linha ao Estado, mas tam-



bém aos cidadãos, a cada um de nós. Cada cidadão deve contribuir para uma sociedade livre, baseada na igualdade de oportunidades e sem discriminações e preconceitos».

Afirmou que «é um orgulho para Portugal exercer a presidência da União Europeia no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades».

No entanto existem «muitas áreas de discriminação que temos de combater», recordando os passos dados com a Lei da Paridade, a Lei da Nacionalidade, o complemento solidário para idosos e a iniciativa Novas Oportunidades».

Acrescentou que em relação à deficiência há muito trabalho a fazer e por isso lançou o 1^a Plano da Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade.

A conferência contou com a presença do primeiro-ministro, José Sócrates, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, o ministro do Trabalho e da Soli-



dariedade Social, José António Vieira da Silva, e da representante do Comissário Europeu para o Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, Belinda Pyke, que participaram na sessão de abertura.

A sessão de encerramento esteve a cargo do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão, e da secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz.

Marcaram presença neste evento, o presidente da ADFS, José Arruda, acompanhado pela psicóloga, Teresa Infante.

As recentes políticas Nacionais a favor das Pessoas com Deficiência

• I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2006-2009), visa promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e garantir o acesso a um conjunto de bens e serviços disponíveis à sociedade em geral, de forma a permitir a sua plena participação, através de políticas integradoras e práticas sustentadas.

• Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto, visa prevenir e proibir a discriminação, directa ou indirecta, em razão da deficiência, sob todas as formas, e sancionar a prática de actos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais, culturais entre outros, por quaisquer pessoas, em razão de uma qualquer deficiência.

• Decreto-Lei 163/2006, de 8 de Agosto, que apro-

va o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio.

Este Decreto-Lei visa, corrigir as imperfeições nele constatadas, melhorando os mecanismos fiscalizadores, dotando-o de uma maior eficácia sancionatória, aumentando os níveis de comunicação e de responsabilização dos diversos agentes envolvidos nestes procedimentos, bem como introduzir novas soluções, ajustadas com a evolução técnica, social e legislativa.

Das inovações introduzidas destaca-se, o alargamento do âmbito de aplicação das normas técnicas de acessibilidades aos edifícios habitacionais, garantindo assim a mobilidade sem condicionamentos, quer nos espaços públicos, como já resultava do diploma ante-

rior e o presente manteve, quer nos espaços privados, acessos às habitações e seus interiores.

• Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, é aprovado o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA), visa a construção de uma rede global, coerente e homogénea em matéria de acessibilidades, susceptível de proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada, ou dificuldades sensoriais, condições iguais às dos restantes cidadãos. O conjunto de medidas inserido no PNPA visa, possibilitar a este segmento populacional uma utilização plena de todos os espaços públicos e edificados, mas também dos transportes e das tecnologias de informação, o qual irá proporcionar um aumento da sua qualidade de vida e a prevenção e eliminação de diversas formas de discriminação ou exclusão.

Ano Europeu da Igualdade

O Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (AEIOT) - 2007 é uma iniciativa do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia que visa promover os valores da diversidade e combater todas as formas de discriminação. Pretende sensibilizar a população para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária, onde se ofereçam a todas as pessoas as mesmas oportunidades, independentemente do género, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. Em Portugal, a responsabilidade de coordenação das actividades do Ano Europeu 2007 foi entregue, por decisão, do Conselho de Ministros, a uma Estrutura de Missão constituída para o efeito, sob a tutela do Ministro da Presidência e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

A Estrutura de Missão do Ano Euro-

peu da Igualdade de Oportunidades para Todos (EMAEIOT) tem como objectivo preparar e garantir a execução do Plano Anual de Acção (PNA), tendo em conta os objectivos definidos para o Ano Europeu. A EMAEIOT é coordenada pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) e conta com mais seis entidades: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), Instituto Português da Juventude (IPJ), Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Instituto da Segurança Social (ISS) e Coordenadora do Plano Nacional para a Inclusão. Entidades locais e regionais, parceiros sociais e organizações não-governamentais (ONG) estão também envolvidas nas acções relativas ao Ano Europeu.

Calendário das Actividades do Plano Nacional de Acção

Data	Nº Acção	Evento	Tema	Local
8 Mar	7 e 11	Colóquios Temáticos	"A Cultura tem Género?"	Centro Congressos - LISBOA - Auditório VII
14 Mar	3	Lançamento dos Prémios Regionais de "Igualdade na Diversidade"	Prémios p/ Organizações da Sociedade Civil e Empresas	Palácio Foz - Lisboa 15h00
12 Abr	9	Entrega do Prémio "Cartoon e Género"	Prémio de Mérito a uma Cartoonista	Centro Cultural Olga Cadaval - Sintra - 21h30
27 Abr	11	Colóquios Temáticos	Discriminação Etária	IPJ - Portalegre
17 Mai	7 e 11	Colóquios Temáticos	Orientação Sexual	Auditório da Fac. de Letras da Univ. de Lisboa
1 Jun	7	Dia Mundial da Criança	Discriminação Etária	Lisboa
21 Jun	11	Colóquios Temáticos	Racismo e Minorias étnicas	IPJ - Viseu
5/8 Jul	6	Feira da Igualdade na Diversidade	Transversal a todas as discriminações	Lisboa - Torre de Belém
5 Jul	6	Lançamento da Moeda alusiva ao AEIOT	Transversal a todas as discriminações	Lisboa - Torre de Belém
7 Jul	11	Seminário Regional integrado na Campanha do Conselho Europa no combate contra a Violência/Mulheres	Violência de Género	Lisboa
7 Jul	9	Exposição temática sobre a Deficiência	Discriminação de pessoas com deficiência	Porto (inauguração) e itinerância pelas capitais regionais



ADFA recebida em audiência pelo Secretário de Estado da Defesa

O secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar (SEDNAM), João Mira Gomes, concedeu uma audiência à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, que se realizou no passado dia 13 Fevereiro, pelas 15h30, no Ministério da Defesa Nacional (MDN), em Lisboa.

Nesta iniciativa a ADFA apresentou a agenda de trabalhos dividida em três conjuntos: reivindicações legislativas, projectos, participação Nacional e Internacional.

No âmbito das reivindicações legislativas, a DN reivindicou a reposição dos direitos à assistência médica e medicamentosa, retirados pelo decreto-lei 167/2007 de 23 Setembro.

Foi também pedida, a informação sobre a proposta de Decreto-Lei, para aditamento ao artigo 14º do DL n.º 43/76 de 20 de Janeiro, com o objectivo de conceder assistência médica nas mais diversas situações de saúde dos deficientes militares.

Sobre este assunto, o secretário de Estado disse à ADFA que a matéria estava a ser estudada no Minis-

terio Global daquele equipamento social, que visa as valências de reabilitação, residência temporária e permanente.

Foi avançado que o secretário de Estado manifestou abertura para a realização de um protocolo público, após as diligências que estão a decorrer entre o MDN, ADFA e a CVP.

Os projectos que foram abordados com o João Mira Gomes, passaram pelos objectivos do projecto ADFA - Rede Solidária, que já conta com o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Sobre o projecto do Centro de Apoio Integrado do Porto, a ADFA vai apresentar um plano mais específico a nível dos objectivos e meios financeiros. Expuseram ainda, o projecto de reabilitação da delegação de Ponta Delgada e abordaram a questão das instalações da delegação de Coimbra.

Para uma participação Nacional e Internacional, José Arruda, solicitou apoio para a realização da 21ª reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus (CPAE) - Federação Mundial dos Antigos Com-

questões dos deficientes das Forças Armadas, venham a ter um tratamento contínuo com qualidade e com soluções atempadas.

Estiveram presentes nesta audiência o director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), Alberto Coelho, o presidente da ADFA, José Arruda, o 1º vice-presidente, Artur Vilares e o 2º vice-presidente, Lopes Dias.

Na continuidade das negociações que a ADFA tem vindo a efectuar com a DGPRM, esta no dia 21 de Fevereiro, informou a Associação que as esposas dos titulares da ADM têm direito a inscrever-se neste subsistema, aguardando-se a aprovação da respectiva portaria.

A ADFA esteve no dia 22 de corrente mês, numa reunião com a DGPRM, para apresentar os diversos problemas que afectam os deficientes Militares, também sobre o processo mais viável para que o CCADFA funcione de acordo com as orientações do secretário de Estado da Defesa Nacional.

A direcção-geral aceitou a proposta da ADFA para a



rio das Finanças, para que os deficientes militares tivessem apoio gratuito.

Ainda sobre a questão da alteração do conceito de campanha, João Mira Gomes afirmou, que não consta da agenda do Governo neste momento.

A Direcção Nacional na audiência manifestou-se preocupada com a falta de informação sobre a reestruturação das carreiras militares, que se aplicam aos Deficientes das Forças Armadas de acordo com o DL n.º 43/76. E foi garantido à ADFA que terá acesso aos trabalhos da nova comissão, cujo novo presidente será nomeado brevemente.

A DN manifestou ainda a inquietude sobre a aplicação do artigo 40, do Estatuto da Aposentação e sobre a aplicação do DL 503/99, que prejudica os deficientes militares oriundos da guerra colonial.

Informou também o secretário de Estado das diligências já efectuadas com a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), que apontam para apresentação de um pro-

jecto Global daquele equipamento social, que visa as valências de reabilitação, residência temporária e permanente.

Foi abordado ainda, o encontro das Memórias Partilhadas que se realizará ainda este ano em Lisboa, em que a Associação pretende ter uma participação activa neste evento.

A ADFA reivindicou o funcionamento do Conselho Consultivo para os Deficientes das Forças Armadas (CCADFA) e o secretário de Estado da Defesa Nacional reconheceu o interesse deste Conselho, de acordo com o despacho do SEDNAM de 22 de Setembro de 2005. E com a presença do director-geral, ficou acordado que a ADFA irá analisar com a direcção-geral a forma de funcionamento do CCADFA, como interlocutor permanente, no estudo e apresentação de propostas legislativas referentes aos Deficientes Militares.

Desta forma pretende-se garantir que todas as

realização de uma Conferência, ainda este ano, sobre a saúde Militar, com o objectivo de reunir as respostas já existentes, potenciar a ligação entre os diversos serviços para a obtenção de uma melhor qualidade dos mesmos, incluindo um conhecimento mais aprofundado dos direitos que assistem aos deficientes Militares.

A ADFA vai enviar à direcção-geral uma proposta de ordem de trabalho, para a realização da próxima reunião do CCADFA, que se prevê no próximo mês de Março. ■

Maria José Carriço

Nota da DN

A ADFA manifesta-se preocupada com a indisponibilidade do governo em agendar a matéria sobre a alteração do conceito de campanha.

Esta inquietação foi já largamente debatida no IV Congresso da ADFA, de Maio de 2000.

Fotografia: Fátima Lopes



PONTO DE ENCONTRO

Como é normal, começam já a ser mais numerosos os convívios, prevendo-se a maior "enchente", como sempre, para Maio, mêm em já temos registados, até ao fecho deste ELO, 72 encontros, alguns deles de mais de uma unidade ou colectivos.

De salientar duas confraternizações de ex-combatentes no Canadá, para a primeira das quais, no dia 17, em Winnipeg, Manitoba, a DN/ADFA foi convidada aquando da visita à nossa Sede, em Dezembro de 2006, de um elemento da "Associação Portuguesa dos Veteranos da Guerra", Pedro Correia, convite que, apesar de se considerar importante a presença da Associação no evento, houve que declinar por imperativos de ordem económica, tendo sido, no entanto, enviado "Um forte abraço e um profundo sentimento de solidariedade que a todos nos une".



MARÇO

Dia 10

BArt. 741 - Silva Pereira: 22 502 32 52 e 96 473 26 91
CArt. 2481 - sem contacto
CCaç. 3498 - Manuel Duarte Santos Costa (conductor): 24 440 23 61, 91 612 71 88 e mdscpm@clix.pt
BCaç. 3834 - João da Silva Arreiro: 96 580 47 51, Barbudo: 96 122 87 06, 27 234 48 10 e 27 232 16 63 ou Cajado: 96 944 87 71 e 27 242 51 14

Dias 10 e 11

BCaç. 1906 - Álvaro Oliveira Matos: 93 693 06 58, 21 443 96 71 e aomatos@netcabo.pt, Augusto Carvalho: 96 673 99 90, José Manuel Campos: 91 931 74 04 ou António Teixeira Bilhó: 96 685 08 06

Dia 11

CPM 8245 - José Magalhães: 96 920 43 43

Dia 17

CCaç. 2666 - Teixeira António Davide: 91 828 34 85 e 91 781 19 13
 Associação Portuguesa Veteranos Guerra Inc./Canadá - 1331 Downyng Street, Winnipeg, Manitoba, R3E2R8 Canada

Dia 18

CEng.1665 - António N. Vaz: 96 644 44 49 e anvaz@gmail.com
BCaç. 1878 - Manuel Simões Tomé: 21 814 63 44 ou Francisco Sabino: 21 913 23 73
CCaç. 3310 - Oliveira: 96 574 11 29

Dias 23, 24 e 25

BCaç. 4910 - batalhao4910@gmail.com.

Dia 24

CCaç. 2533 - Joaquim Silva: 91 932 63 54 + tlf. 22 944 16 03, fax 22 941 63 62 e 22 944 80 12
BCaç. 2837 - Armindo Santos: 22 509 36 40, 91 951 41 70 e 96 647 54 97
BArt. 3844 - José Costa Pimenta: 96 580 51 38, 25 349 06 79 (fax) e cinderela@mail.telepac.pt

Dia 31

BCav. 627 - Porfírio Marques Monteiro: 96 684 77 72 e 22 332 42 19 ou Adelino Esteves Leitão: 96 626 49 10
CArt. 2384 - João António Joaquim: 96 432 41 57
CCaç. 3549 - José Cortes: 91 451 63 84
 Associação ex-Combatentes Portugueses Québec/Canadá - ex_cp@yahoo.ca ou Raul Mesquita: r.mesquita@sympatico.ca

Dia a marcar

CCaç. 4545/73 - Orlando Peixoto: 91 718 23 62

ABRIL

Dia 01

CCaç. 1633 - António Lula: 91 671 65 07 ou José Santana: 96 343 06 41
Grupo Companhias Trem Auto - (capitão) Manuel Nunes: 24 931 52 60 ou (sargento-chefe) António Araújo: 24 931 30 59 e 91 732 16 85
Curso 1962 enfermeiros BA2/Ota - António Bastos: 93 333 03 33, 23 484 30 31 e objectiva@netvisao.pt

Não esquecer, para informações mais detalhadas, como locais e programas, consultar o espaço "Ponto de Encontro" no sítio net da ADFA: www.adfa-portugal.com



Ministério das Finanças e da Administração Pública

IRS 2006 - Percentagem a favor da ADFA

Como muitos associados saberão, é facultado aos declarantes escolherem uma entidade, entre as que tal pediram e obtiveram, a quem será entregue 0,5% do valor de IRS realmente pago, ou cobrado (e não do valor colectável).

Acontece que a ADFA também a isso se candidatou, tendo o seu pedido sido deferido em relação ao ano de 2006, conforme comunicação, de 16 de Maio de 2005, da respectiva direcção de serviços do ministério das Finanças, nos termos dos n.ºs 4 e 6 do art.º 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho e da Portaria n.º 80/2003, de 22 de Janeiro.

Assim, caro associado e/ou leitor, se o entender, e cremos que sim, assinale na sua declaração, no local próprio (Anexo H – quadro 9, campo 901), que deseja que reverta para a ADFA esse valor, não esquecendo de indicar o número de contribuinte da Associação: 500032246.

ADM - descontos IASFA

A Lei 53-D/2006, de 29DEZ, procedeu à alteração do valor da contribuição dos beneficiários dos subsistemas de saúde da Administração Pública, nomeadamente procedeu à alteração do art.º 13.º do DL 167/2005, de 29DEZ e aditou um novo artigo referente aos beneficiários extraordinários.

O n.º 1 do art.º 13.º do DL 167/2005 estipulou que "os vencimentos base e as pensões base dos beneficiários titulares ficam sujeitos ao desconto obrigatório de 1%". Este desconto reverte para o IASFA.

A redacção do n.º 1 do art.º 13.º, dada pela L 53-D/2006, dispõe que "a remuneração base dos beneficiários titulares, no activo, na reserva ou na pré-aposentação, e dos beneficiários extraordinários fica sujeita ao desconto de 1,5%".

Por sua vez, o n.º 2 do mesmo artigo, estipula que "as pensões de aposentação e reforma dos beneficiários titulares e extraordinários, quando o seu montante for igual ou superior ao valor correspondente a uma vez e meia a retribuição mínima mensal garantida, ficam imediatamente sujeitas ao desconto de 1%, sendo objecto de actualização anual até ao montante máximo previsto no número anterior" e o n.º 3 que "quando da aplicação da percentagem prevista no nú-

mero anterior resultar pensão de valor inferior a uma vez e meia a retribuição mínima mensal garantida, esta fica isenta de desconto."

O art.º 9.º da L 53-D/2006, que tem por epígrafe "disposições transitórias" estabelece no n.º 4 que "o desconto previsto no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de Setembro, na redacção que lhe é dada pela presente lei, é de 1,3%, a partir da data de entrada em vigor da presente lei, sendo actualizado a 1 de Janeiro de cada ano subsequente em 0,1 pontos percentuais até ser atingida a percentagem referida no mencionado artigo" e dispõe o n.º 5 que "a percentagem referida no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de Setembro, na redacção que lhe é dada pela presente lei, é actualizada a 1 de Janeiro de cada ano subsequente em 0,1 pontos percentuais até ser atingida a percentagem referida no n.º 1 do mesmo artigo".

- Síntese explicativa:

Os beneficiários titulares (deficientes militares ou não) no activo, na reserva ou na pré-aposentação e os beneficiários extraordinários ficam sujeitos ao desconto de 1,3% sobre a remuneração base para o IASFA (para o ano de 2007).

Os beneficiários titulares (deficientes militares ou não) e beneficiários extraordinários que recebam pensão de aposentação ou reforma ficam sujeitos ao desconto de 1% sobre a pensão, desde que esta seja superior a € 604,50 (para o ano de 2007).

Os descontos previstos nos n.ºs 1 e 2 do art.º 13.º do DL 167/2005, na redacção da L 53-D/2006, são aumentados anualmente em 0,1% até atingirem o valor de 1,5%.

Para os beneficiários de pensões cuja aplicação do desconto de 1% resultar um valor inferior a €604,50 ficam isentos do desconto para o IASFA (para o ano de 2007).

O DL 167/2006 tem efeitos a 01JAN2006 e a L 53-D/2006 a 01JAN2007.

Após contactos com a Caixa Geral de Aposentações, no sentido de esclarecer se esta entidade estava ou não a efectuar descontos sobre as pensões dos deficientes das Forças Armadas para o IASFA relativos à ADM, a ADFA foi informada de que não foram efectuados quaisquer descontos, quer no ano transacto quer no actual.

Informação do Gabinete Jurídico da ADFA

O que é a Leucemia?

É uma doença maligna com origem nas células imaturas da medula óssea. A produção de glóbulos brancos fica descontrolada, diminuindo progressivamente a produção de células normais, acabando por surgir a anemia, infecções e hemorragias.

Sintomas

Febre (temperatura igual ou maior que 38 graus); falta de ar ou dificuldade respiratória; dificuldade em controlar a urina; dificuldade na visão (dupla ou enevoada); dor de localização ou intensidade anormal; qualquer tipo de hemorragia.

Diagnóstico

Hemograma: análises normais de sangue

Medulograma: após anestesia local, uma agulha específica é introduzida no osso da bacia ou no esterno. Uma amostra de medula óssea é retirada com uma seringa.

Biopsia Óssea: com uma agulha especial é removido um pedacinho muito pequenino de osso.

Tratamento

A quimioterapia é um tratamento com medicamentos que vão actuar nas células dos tumores, tentando destruí-las, impedindo o seu crescimento e aliviando os sintomas causados pelo desenvolvimento do tumor.

O transplante de Medula Óssea é um tratamento da doença oncológica hematológica que representa uma oportunidade de cura para os doentes com leucemia.

Tratamento hormonal, também chamado por terapia endócrina, bloqueia a actividade hormonal normal, para que o tumor não se desenvolva.

Como ser dador de Medula Óssea?

Se a sua idade está compreendida entre 18 e 45 anos, se tem boa saúde e gostava de ser dador voluntário de medula, basta contactar o CEDACE.

Se o fizer, apenas precisa dar o nome, a morada e irá receber um folheto informativo do processo e um questionário clínico que deverá preencher e devolver. Esse questionário vai ser depois avaliado por um médico, caso não haja nenhuma contra-indicação vai ser chamado para uma colheita de sangue.

Para mais esclarecimentos pode consultar o site <http://www.chsul.pt> ou ir pessoalmente ao Centro Nacional de Dadores de Células de Medula Óssea, Estaminais ou de Sangue do Cordão (CEDACE) - Registo Português de Dadores de Medula Óssea, Alameda das Linhas de Torres, n.º 117, 1769-001 LISBOA, com telefone 21750 41 00.

Duarte Lima em visita à ADFA**«A doença num certo sentido, ajudou-me a reconfigurar toda a minha leitura sobre o mundo»**

No âmbito do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), convidou o vogal do Concelho Administrativo da Associação Portuguesa Contra a Leucemia (APCL), Domingos Duarte Lima, para uma reunião informal que decorreu no dia 9 de Fevereiro, na Sede Nacional, pelas 11h00, em Lisboa.

Nesta conversa amena Duarte Lima conta-nos que conseguiu ultrapassar a doença e hoje é um homem totalmente recuperado. Lembra que a doença tornou-se do conhecimento público, «pois era dirigente político, achei que tinha uma obrigação moral perante a vida e usar a notoriedade que tinha em prol desta causa que diz respeito a todos.»

Mas com os amigos na área da música e alguns patrocínios de entidades privadas e públicas, conseguiu concretizar o apoio que precisava para ir avante com um grande espectáculo, que realiza de dois em dois anos e o resultado das bilheteiras tem sido o suficiente para dar continuidade a este projecto.

Esta iniciativa vai já no 3º Concerto de Solidariedade, que se realizou no passado dia 25 de Janeiro, no Pavilhão Atlântico. Esta acção é para continuar, pois esta doença afecta 1.000 novos doentes em Portugal todos os anos.

Mas o que é de apoiar é que parte da receita do Concerto fica à disposição do Centro Nacional de Dadores de Células de Medula Óssea, Estaminais ou de Sangue do Cordão (CEDACE) ou Registo Português de Dadores de Medula Óssea, uma organização do Ministério da Saúde.

São estas acções com o objectivo de obter melhores cuidados de saúde, pretende ser um exemplo de exercício de cidadania.

Duarte Lima confidenciou-nos que a doença num certo sentido ajudou-o a reconfigurar toda a visão que tinha pelo mundo. A sua vida mudou muito, sente uma enorme gratidão por estar vivo e não esquece o apoio da família que foi fundamental.

A APCL é uma associação sem fins lucrativos que tem como principal objectivo promover acções para aumentar a eficácia do tratamento das leucemias, apoiar os doentes e respectivas famílias, potenciar o registo de dadores de medula óssea no CEDACE e promover o conhecimento científico sobre as doenças.

Na continuação destas iniciativas, lançou um programa de Bolsas para projectos de investigação científica no domínio das neoplasias hematológicas no País e no estrangeiro, para especialização e treino dos profissionais envolvidos no cuidado destes doentes.

Existe também um protocolo de colaboração com o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto, para uma candidatura conjunta ao programa de Saúde XXI.

Duarte Lima afirmou ao presidente da Direcção Nacional,

José Arruda, ao 2º vice-presidente, Lopes Dias, à psicóloga, Teresa Infante, à técnica Paula Afonso, que está disponível para uma futura parceria entre ambas as instituições. Considera que a ADFA é representativa de valores afectivos de muitas famílias em Portugal que foram afectadas pela tragédia da guerra. Por isso, prevê a possibilidade de uma acção em conjunto.

Esperamos que esta acção se concretize num futuro próximo, visando sempre todos aqueles que mais precisam de apoio.

Se quiser conhecer melhor a APCL pode deslocar-se à rua D. Pedro V, n.º 128, em Lisboa, com o telefone 21 3422204, ou ir ao site www.apcl.pt onde encontra mais informações sobre esta doença, bem como o programa de bolsas de estudo de investigação científica. ■

**NOTA BIOGRÁFICA:****Nome**

Domingos Duarte Lima
Círculo Eleitoral

Bragança

Data de Nascimento

1955-11-20

Habilitações Literárias

Licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa

Profissão

Advogado

Cargos que desempenha

Deputado na X Legislatura; Presidente da Assembleia Municipal de Miranda do Douro; Membro do Conselho de Administração da Associação Portuguesa contra a Leucemia; Vogal do Concelho de Ética do IPO, Lisboa

Cargos exercidos: Deputado pelo Círculo de Bragança (1983 e 1995); Presi-

dente do Grupo Parlamentar do PSD; Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Lisboa; Membro da Delegação Portuguesa à Assembleia da Nato; Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD; Docente Universitário; Advogado.

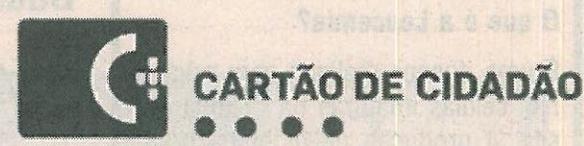
Condecorações e Louvores

Comendador da Ordem do Mérito, por atribuição do Presidente da República Italiana.



Legislação

Cartão do Cidadão



Embora vária legislação, de algum modo de possível interesse para os nossos leitores (*), tenha sido entretanto publicada, vamos dedicar este número do ELO fundamentalmente à Lei 7/2007, de 5 de Fevereiro, a que “cria e rege” o Cartão do Cidadão, não só porque muito, e de longa data, se vinha a falar sobre ele, como também porque, já emitidos os primeiros exemplares, com pompa e circunstância, algumas, senão muitas, dúvidas se levantam a muitos cidadãos...

... razão que terá levado o Governo, de forma realista e cautelosa, a entender fazer o seu lançamento de forma progressiva, em termos regionais, e começando por zonas menos povoadas, na intenção, julgamos, de caso se detectem erros ou dificuldades, tais inconvenientes possam ser corrigidos antes de causarem maiores prejuízos.

O documento, que é complementado pelas Portarias 201, 202 (**) e 203, todas de 13 de Fevereiro, e que regulamentam já algumas das suas disposições (respectivamente “a localização e as condições de instalação dos serviços de recepção daquele cartão”, “os modelos oficiais e exclusivos do cartão do cidadão” e “prazo de validade... e taxas devidas”), com os seus 63 artigos, é demasiado extenso para ser publicado na íntegra, tendo-se optado por transcrever o que parece de maior utilidade, com algumas observações.

Assim, é ultrapassada, cremos que em definitivo, a ideia de um cartão único com um também único número, tendo-se optado por englobar neste, mantendo a respectiva numeração, os elementos relativos às identidades civil (Bilhete de Identidade), fiscal (Contribuinte), da Segurança Social e também de utente dos Serviços de Saúde (Art.º 2.º), mas de forma a que os dados de cada, digamos, “especialidade”, se mantenham independentes e protegidos (Art.ºs 16.º e 37.º). Descansem, entretanto, os que julgavam que toda a informação só era acedida por leitura do circuito integrado (chip), havendo que ter uma cábula com todos os números (a que agora crescem outros – Art. 17.º, mas de uso restrito), porque nas zonas de leitura óptica se encontram não só os mesmos como outros dados que eram habituais no BI (Art.º 7.º... devendo ler-se apenas o seu n.º 1 para evitar confusões).

Se, por um lado, a existência de um só cartão facilita bastante, também é verdade que a sua perda ou extravio se transforma num problema maior, pelo que haverá que ter redobrada atenção na sua conservação, nunca esquecendo andar sempre com outro modo de identificação com fotografia (cartão dos bombeiros

ou do clube, por exemplo) para quando é necessário deixar algum documento “à porta”; e nunca, excepto nos casos considerados no Art.º 5.º, entregar o cartão a alguém, bem como fazer fotocópias desnecessárias (e quando imprescindível, tragá-las num dos topos, inscrevendo a causa).

Cremos já ter referido as principais questões que se podem pôr sobre o novo cartão, havendo, no entanto, que acrescentar que em alguns pontos nos parece pouco compreensível e até confusa a leitura da Lei, senão veja-se o seu Art.º 18.º, por exemplo, onde se refere mesmo um código pessoal (PIN), de previsível existência, mencionado apenas antes no 13.º e depois no 31.º, de forma igualmente transversal. Saliente-se ainda a preocupação sobre a protecção de dados pessoais, que se inscreve nos 8 artigos do Capítulo III, e que se espera seja bem mais eficaz do que em tantos casos vindos a lume em que “segredo de justiça” se assemelha a “peneira”, não se devendo também fazer um “papão” do assunto, já que, como diz o sábio povo, “quem não deve não teme”.

A terminar, referência:

- à calendarização da emissão do Cartão: nos Açores - Faial/FEV07, Pico, Corvo e Flores/ABR07, São Jorge, Graciosa e Terceira/MAI07, São Miguel e Santa Maria/JUN07; no Continente – distrito de Portalegre/JUL07, distritos de Évora e Bragança/OUT07; restantes distritos + Madeira + consulados portugueses no estrangeiro/até JUL08;

- às taxas a pagar: pedido normal com entrega quer em território nacional quer no estrangeiro – 12€; urgente com entrega nacional – 20€; urgente com entrega nacional no próprio dia ou levantamento, no prazo de um dia, na sede da Imprensa Nacional-Casa da Moeda/INCM – 25€; urgente no estrangeiro – 35€.

(*) – Pelo que, e dentro da “norma” de que “a ignorância da lei não vale a ninguém”, aconselhamos sempre a consulta do “Diário da República electrónico”, em <http://dre.pt/>.

(**) – Esta, no seu Art.º 4.º, com disposições quanto a “Cidadãos com necessidades especiais”.

Nota: antes de passarmos à transcrição parcial da Lei 7/2007, e escrevendo ainda sobre cartões, recordar que a 28 de Fevereiro passaram exactamente 2 anos sobre a introdução em Portugal do CARTÃO EUROPEU DE SEGURO DE DOENÇA (CESD), sobre o que nos debruçaremos no próximo ELO.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 7/2007

de 5 de Fevereiro

Cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Cartão de cidadão

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

A presente lei cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão, substituição, utilização e cancelamento.

Artigo 2.º

Definição

O cartão de cidadão é um documento autêntico que contém os dados de cada cidadão relevantes para a sua identificação e inclui o número de identificação civil, o número de identificação fiscal, o número de utente dos serviços de saúde e o número de identificação da segurança social.

Artigo 3.º

Titulares

1 - A obtenção do cartão de cidadão é obrigatória para todos os cidadãos nacionais, residentes em Portugal ou no estrangeiro, a partir dos 6 anos de idade ou logo que a sua apresentação seja exigida para o relacionamento com algum serviço público.

Artigo 4.º

Eficácia

O cartão de cidadão constitui título bastante para provar a identidade do titular perante quaisquer autoridades e entidades públicas ou privadas, sendo válido em todo o território nacional, ...

Artigo 5.º

Proibição de retenção

1 - A conferência de identidade que se mostre necessária a qualquer entidade pública ou privada não permite a retenção ou conservação do cartão de cidadão, salvo nos casos expressamente previstos na lei ou mediante decisão de autoridade judiciária.

2 - E igualmente interdita a reprodução do cartão de cidadão em fotocópia ou qualquer outro meio sem consentimento do titular, salvo nos casos expressamente previstos na lei ou mediante decisão de autoridade judiciária.

SECÇÃO II

Descrição do cartão de cidadão

Artigo 6.º

Estrutura e funcionalidades

1 - O cartão de cidadão é um documento de identificação múltipla que inclui uma zona específica destinada a leitura óptica e incorpora um circuito integrado.

2 - O cartão de cidadão permite ao respectivo titular:

- Provar a sua identidade perante terceiros através da leitura de elementos visíveis, coadjuvada pela leitura óptica de uma zona específica;
- Provar a sua identidade perante terceiros através de autenticação electrónica;

c) Autenticar de forma unívoca através de uma assinatura electrónica qualificada a sua qualidade de autor de um documento electrónico.

3 - A leitura óptica da zona específica do cartão, mencionada na alínea a) do n.º 2, está reservada a entidades ou serviços do Estado e da Administração Pública, bem como à identificação do titular no âmbito das especificações técnicas do cartão para documentos de viagem.

Artigo 7.º

Elementos visíveis

1 - O cartão de cidadão contém os seguintes elementos visíveis de identificação do seu titular:

- Apelidos;
- Nome(s) próprio(s);
- Filiação;
- Nacionalidade;
- Data de nascimento;
- Sexo;
- Altura;
- Imagem facial;
- Assinatura;
- Número de identificação civil;
- Número de identificação fiscal;
- Número de utente dos serviços de saúde;
- Número de identificação da segurança social.

Artigo 14.º

Impressões digitais

1 - As impressões digitais a recolher são as dos dois dedos indicadores ou de outros dedos caso tal não seja possível.

2 - Quando as impressões digitais colhidas não forem as dos indicadores, deve mencionar-se, no campo reservado a indicações eventuais, o dedo e a mão a que correspondem.

3 - Na impossibilidade de colher qualquer impressão digital deve fazer-se menção do facto no campo do cartão de cidadão reservado a indicações eventuais.

4 - A funcionalidade das impressões digitais contida no circuito integrado do cartão de cidadão só pode ser usada por vontade do respectivo titular.

5 - As autoridades judiciárias e as entidades policiais são as únicas entidades que podem obrigar o cidadão, no âmbito das competências que lhes estejam atribuídas, a provar a sua identidade através da funcionalidade das impressões digitais contidas no circuito integrado do cartão de cidadão de que é portador.

Artigo 17.º

Número de documento e número de versão do cartão de cidadão

1 - A cada cartão de cidadão é atribuído um número de documento, constituído por três caracteres, sendo dois alfanuméricos e um dígito de controlo, antecedido pelo número de identificação civil do respectivo titular.

2 - É proibido atribuir a um cartão de cidadão um número de documento idêntico ao de anterior cartão de cidadão do mesmo titular.

3 - O número de documento constitui um elemento de segurança que apenas pode ser utilizado para fiscalizar e impedir o uso de cartões de cidadão cancelados por perda, furto ou roubo.

4 - A cada versão ou série do cartão de cidadão é também atribuído um número de controlo e de gestão técnica.

Artigo 18.º

Certificados digitais

1 - Com o cartão de cidadão é emitido um certificado para autenticação e um certificado qualificado para assinatura electrónica qualificada necessários à sua utilização electrónica.

2 - O certificado de autenticação é sempre activo no momento da entrega do cartão de cidadão.

3 - O certificado qualificado para assinatura electrónica qualificada é de activação facultativa, mas só pode ser activado e utilizado por cidadão com idade igualou superior a 16 anos.

4 - Também não há lugar à activação do certificado qualificado para assinatura electrónica qualificada se o titular do pedido de cartão de cidadão se encontrar interdito ou inabilitado.

5 - De cada vez que pretenda utilizar alguma das funcionalidades de comunicação electrónica activadas no cartão de cidadão, o respectivo titular tem de inserir previamente o seu código pessoal (PIN) no dispositivo de leitura pertinente.

6 - Os certificados são revogáveis a todo o tempo e, após revogação, a emissão de novos certificados associados ao cartão de cidadão só é possível com a respectiva substituição.

CAPÍTULO II

Regras de competência e de procedimento

CAPÍTULO III

Protecção de dados pessoais

Artigo 35.º

Finalidades

O tratamento de ficheiros com dados pessoais a realizar por força da presente lei tem por fim estabelecer a integridade, veracidade e funcionamento seguro do cartão de cidadão, enquanto documento autêntico de identificação do titular, com as características e funções fixadas nos artigos 2.º, 4.º e 6.º

Artigo 36.º

Tratamento de dados

1 - ...
2 - O tratamento de elementos de identificação do titular ocorre associado às seguintes operações do cartão de cidadão:

a) Recepção, instrução e execução dos pedidos de emissão, actualização e substituição;

Artigo 37.º

Comunicação de dados

1 - A execução dos pedidos referidos na alínea a) do n.º 2 do artigo anterior envolve sucessivas ligações, em separado, com cada uma das bases de dados que permitem a confirmação ou a geração do número de identificação civil, do número de identificação fiscal, do número de utente dos serviços de saúde e do número de identificação da segurança social, para incluir, subsequentemente, esses números na personalização do cartão de cidadão.

Artigo 39.º

Direitos de informação, de acesso e de rectificação

1 - O titular do cartão de cidadão tem o direito de, a todo o tempo, verificar os dados pessoais nele inscritos e conhecer o conteúdo da informação relativa aos dados pessoais que constem da zona de leitura óptica ou do circuito integrado, bem como dos ficheiros produzidos durante as operações referidas nos artigos 36.º e 37.º que ainda não tenham sido destruídos.

2 - O titular do cartão de cidadão tem, desde o momento de apresentação do pedido, o direito de exigir a correcção de eventuais inexactidões, a supressão de dados indevidamente recolhidos ou indevidamente comunicados e a integração das omissões, nos termos previstos no artigo 11.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

CAPÍTULO IV
Disposições sancionatórias

CAPÍTULO V
Disposições transitórias e finais

SECÇÃO I

Atribuição do cartão de cidadão

Artigo 53.º

Expansão progressiva

1 - O processo de atribuição generalizada do cartão de cidadão é concretizado ao longo de um ciclo plurianual, através da expansão progressiva dos serviços de recepção a todo o território nacional e às comunidades de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro.

2 - Enquanto não estiver concretizada a cobertura integral do território nacional pela rede de serviços de recepção referida no número anterior são aplicáveis as disposições estabelecidas na presente secção.

Artigo 55.º

Cartões de identificação válidos

1 - Os bilhetes de identidade, cartões de contribuinte, cartões de utente dos serviços de saúde e cartões de identificação da segurança social válidos continuam a produzir os seus efeitos, nos termos previstos nos diplomas legais que regulam a sua emissão e utilização, enquanto não tiver sido entregue cartão de cidadão aos respectivos titulares.

2 - Nas áreas do território nacional que não dispõem ainda de serviços de recepção para emissão do cartão de cidadão, os serviços competentes continuam a assegurar as operações relativas à atribuição dos documentos referidos no número anterior.

3 - Nos postos e secções consulares que não dispõem ainda de serviços de recepção para emissão do cartão de cidadão, os serviços competentes continuam a assegurar, nos termos da lei, a emissão, renovação e actualização do bilhete de identidade.

4 - O prazo máximo de validade de bilhete de identidade emitido, renovado ou actualizado após a entrada em vigor da presente lei é de 10 anos.

Artigo 56.º

Obtenção do cartão de cidadão

1 - Nas áreas do território nacional onde existam serviços de recepção instalados e em funcionamento, nos termos da portaria prevista no n.º 1 do artigo 54.º, o pedido de cartão de cidadão é obrigatório nas seguintes situações:

a) Quando o interessado pedir a emissão, renovação ou alteração de dados do bilhete de identidade;

b) Quando o interessado pedir a emissão ou a alteração de dados do cartão de contribuinte, do cartão de utente dos serviços de saúde ou do cartão de identificação da segurança social.

Entrega de IRS por via electrónica - pré preenchimento

Como tem sido largamente difundido, não só por mensagens de correio electrónico dirigidas a quem já procedia ao preenchimento da declaração de IRS por tal via, como por "Comunicado de Imprensa" de 7 de Fevereiro, a Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) irá proceder, pela primeira vez, ao pré-preenchimento parcial das declarações de IRS dos sujeitos passivos desse imposto, relativas ao ano de 2006, medida que se insere no estabelecido no Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa do Governo (SIMPLEX 2006).

Neste âmbito, a partir do próximo dia 10 de Março, início do prazo para a entrega das declarações do modelo 3 de IRS por via electrónica, irá ser disponibilizada, na página, ou sítio, das declarações electrónicas (www.e-financas.gov.pt), a totalidade da informação de que a mesma DGCI dispõe quanto aos rendimentos do trabalho dependente e pensões pagas ou colocadas à disposição dos sujeitos passivos do IRS, bem como quanto aos valores das respectivas retenções na fonte de imposto que lhes foram efectuadas.

De notar, no entanto, que tais dados se vão basear nos valores constantes das declarações de rendimentos e retenções na fonte, a declaração modelo 10, entregues pelas entidades pagadoras/devedoras de rendimentos e cujo prazo legal de entrega terminou no final do mês de Fevereiro, pelo que, anormalmente, poderá haver

qualquer discrepância entre os elementos do declarante e os existentes na DGCI.

Saliente-se também, no reforço do apoio aos que optarem pela via informática na declaração de rendimentos modelo 3, que será aumentado o número de mensagens de ajuda (os chamados "alertas"), que surgem sempre que um sujeito passivo pretende enviar uma declaração com factos e ou valores diversos daqueles que são do conhecimento da administração fiscal.

Decreto-lei n.º 34/2007, de 15 de Fevereiro

Sabendo-se que demasiadas vezes a boa legislação, em que somos generosos, acaba por não ter qualquer resultado em razão da posterior falta de regulamentação e/ou fiscalização, saliente-se o relativamente rápido aparecimento, pelo DL 34/2007, de 15 de Fevereiro, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, de disposições que formalizam, em relação à Lei 46/2007, de 28 de Agosto - "Que proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde" (ver ELO de SET/OUT06) -, "as entidades administrativas competentes para procederem à instrução dos processos de contra-ordenações, bem como a autoridade administrativa que aplicará as coimas e as sanções acessórias correspondentes pela prática de actos discriminatórios".



SERVIÇOS

SEDE

Secretaria

Maria José e/ou Santos Silva, das 09:00H às 18:00H, fechando para almoço das 12:30H às 14:00H

Accção social

Tenente Coronel Silvério Rodrigues Assistente Social - Dra. Susana Reis Horário de atendimento das 09:00H às 18:00H, fechando para almoço das 12:30H às 14:00H

Apoio jurídico

Dra. Helena Afonso Horário de atendimento: 9H00 às 18H00 - todos os dias (com marcação) Dra. Inês de Castro Horário de atendimento: 2ª, 3ª e 4ª de manhã (com marcação na secretaria geral)

Tesouraria

Valdemar Monteiro Horário de atendimento das 09:30H às 16:30H, fechando para almoço das 12:30H às 14:00H

Serviços clínicos

Atendimento, Recepção e Marcação de Consultas:

Maria Filomena Brandão Telefone Directo: 21 751 26 12

Valências Clínicas

Clinica Geral

Dr. Fernando Brito - 2ª feira (13H00) e 5ª feira (13H15)

Urologia

Dr. Paulo Vale - 5ª feira (09H00) quinzenalmente

Fisiatria

Dr. Barros Silva - 4ª feira (09H30)

Análises Clínicas

De 2ª a 6ª feira, (08H30)

Fisioterapia

Sargento Mor Henrique Louro- todos os dias (08H30 às 12H30)

Medicina Dentária

Dr. José Eduardo Antunes - 3ª feira (09H00 às 18H00)

Serviço Protésico

Técnico Carlos Lopes - 4ª feira (09H00)

Psiquiatria

Dra. Margarida Botelho - 3ª feira (08H30 às 12H30)

Psicóloga Clínica

Dra. Teresa Infante - todos os dias (09H00 às 18H00)

Animação/Desporto

Conceição Valente - Secção de Pesca - Secção de Ciclismo

Restaurante

Restaurante/Self-service Funcionamento de segunda a sexta-feira das 12H15 às 14H15

Nota: Área aberta a associados, familiares e amigos, podendo ser efectuada marcação prévia tanto para área do self-service, como para a área do restaurante.

Bar

Funcionamento de segunda a sexta-feira das 9H00 às 18H00

Nota: O bar está aberto a associados, familiares e amigos.

COIMBRA

A secção de Campismo, que trata de todos os assuntos com ele relacionados: cartas de campista (emissão e renovação), incluindo jovem e internacional.

Existe uma carrinha de 9 lugares, para apoio à Delegação e aos seus associados.

ÉVORA

Restaurante

Bar

Aberto de Segunda a Sexta das 9:00h às 18:00h encerrando aos Sábados e Domingos

PORTO

Administrativos

Dias úteis: das 09H00 às 17H30, com intervalo de almoço das 12H30 às 13H30.

No 1º Sábado de cada mês das 10H00 às 17H00, com intervalo para o almoço das 13H00 às 14H00. Telefone: 22 834 72 01

Serviços clínicos

Psicologia - Dr.ª Graciete Cruz

Psiquiatria

Médico: Dr. Neves de Sá

3ª Feira - das 14H30 às 17H30

Clinica Geral

Médico: Dr. Moreira Martins

5ª Feira - das 10H00 às 12H30

Rastreio da próstata

5ª Feira - das 10H00 às 12H30

Marcações pelo telefone: 22 834 72 02

Apoio jurídico

Dr.ª Manuela Santos

De 2ª a 6ª feira

Marcações com a própria

Accção social

Dr.ª Margarida Marques

2ª, 3ª e 4ª Feiras - das 13H30 às 17H30

5ª Feira - das 09H00 às 12H30

6ª Feira - das 09h00 às 17H30

Marcações para atendimento com a própria

Património/viatura

Apoio a aquisição de viaturas com isenção de impostos: Elisabeth Couto

Restaurante

Dias úteis e 1.º Sábado de cada mês

Telefone: 22 834 72 06

Bar

Dias úteis: das 08H00 às 19H00 - Sábados: das 10H00 às 17H00 - Telefone: 22 834 72 05

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Administrativos

Horário de atendimento: de Segunda a 6ªfeira - das 9.30 às 12.00 e das 14.00 às 18.00 horas.

Telefones: 25 232 28 48 / 25 237 63 23

Fax: 25 237 63 24 Telemóvel: 91 959 45 27

E-mail: info@adfa-famalicao.rcts.pt

Serviços clínicos

Clinica Geral

Dr. Ricardo Lemos - à 4ªfeira a partir das 14 horas, com marcação prévia - tel. 25 232 28 48

Psicologia - Dr.ª Graciete Cruz

Contactar a delegação - tel. 25 232 28 48

Apoio jurídico

Dra. Manuela Santos - contactar a delegação - telefone: 25 232 28 48

Património/viatura

Apoio a aquisição de viatura com isenção de imposto - contactar a delegação: Albertina Pereira - telefone 25 237 63 23

VEISEU

Administrativos

Segunda a sexta-feira das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h30. Telefone: 23 241 60 34 Fax: 23 241 68 29

E-mail: info@adfa-veiseu.rcts.pt

Apoio de secretaria

Apoio em todos os serviços de secretaria, jurídico, IRS, cartão GalpFrota, encaminhamento e apoio a consultas médicas, hospitais militares e civis. Apoio aos anti-gos combatentes.

Benefícios para associados

Protocolos

A ADFA, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clípvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (excepto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Ceira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFA, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensível à Portoclinica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luis Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Nota: nos acordos com a Clípvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A IMALIS - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda, presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra. •

SOLUÇÃO SUDOKU

9	8	2	1	6	7	4	3	5
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
6	2	9	1	8	7	4	3	5
7	4	1	9	6	3	8	2	5
9	8	6	7	2	4	1	5	3
3	1	7	8	9	2	6	4	5
9	8	7	6	5	4	3	2	1
8	7	6	5	4	3	2	1	9
8	7	6	5	4	3	2	1	9

SOLUÇÕES PALAVRAS CRUZADAS

Horizontais: 1 - Lama; cara; 2 - Mésara; 3 - AD; lírio; er; 4 - Cor; rua; PNC; 5 - Emr; alta; 6 - Emt; piar; 7 - Anos; acua; 8 - Nds; tui; adi; 9 - Es; areal; OP; 10 - Guitan; 11 - Lioz; erro. Verticais: 1 - Mace; anel; 2 - Domins; 3 - AM; rso; 6; 4 - Mal; rsi; aq; 5 - Ast; truz; 6 - Crua; fuel; 7 - Cal; tal; 8 - Aro; 9 - lat; 9 - Ra; placa; RR; 10 - Entrudo; 11 - Área; aipa.

Associados falecidos



Fernando Ferreira de Oliveira

Associado n.º 1642,

68 anos

Faleceu no dia 08/12/06

Residia na Rua dr. Pedro de Sousa 495, Ramaide, Porto. Deixou viúva Maria da Conceição da Costa Almeida Oliveira. Serviu em Angola, no BCParaq. 21.



José Manuel Agostinho Branco

Associado n.º 12553,

60 anos

Faleceu no dia 04/02/07

Residia na Travessa da Bela Vista 105, São Domingos da Rana, Cascais. Deixou viúva Maria do Carmo Branco. Serviu na Guiné, na CCS/Art. 2857.



João da Silva de Freitas Lima

Associado n.º 13361,

63 anos

Faleceu no dia 20/12/06

Residia na Ruela do Barreiro 49, Santa Eulália, Vizela. Deixou viúva Maria Corália da Cunha. Serviu em Moçambique, na CCav. 755/BCav. 757.

Cozinhas especiais

Rua Miguel Bombarda, n.º 529
4050.380 Porto

Telef. \Fax: 226062257
e-mail: maep@sapo.pt

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Episódios de guerra

Desaparecido em combate

Um dia há-de aparecer a boiar no rio Douro. Antes disso há-de ser feliz durante curtos espaços de tempo, agarrando-se à vida sempre que puder, como um alpinista que sobe dois metros e escorrega um.

Tem nome, tem família, mas agora é apenas uma farda suja que caminha à minha frente. Mal dá para ver que leva alguém lá dentro.

Um dia chamar-lhe-ão ex-combatente, deficiente militar, cacimbado, porque a história dele caminhará sempre alguns passos à sua frente, como agora faz ele em relação a mim.

É privilégio dos que sobrevivem, contar a história dos que tombaram e é por isso que pus o pudor de lado e falo dele. Sem lhe referir o nome, apenas porque em diversos graus, ele somos todos nós, que um dia caminhamos por uma picada fora à frente de alguém, a dar a ideia que éramos uma farda sem ninguém dentro, com o único intento de dar mais passos para a frente do que para trás.

É certo que muitos de nós nunca passaram de corpos desalmados que nunca se consumiram com nada; que nunca tiveram dúvidas e saíram incólumes de todas as picadas da vida, sem questionarem nada, sem sofrerem com nada, como se a única função neste mundo fosse ultrapassar todas as provações e todas as humilhações. Mas não é o seu caso, aquela farda à minha frente só leva dúvidas e humilhações lá dentro.

O soldado, ordenança do major, de olhar alongado na sua direcção e um sorriso que se lhe cola às costas. O ar de atenciosa simpatia da sua mulher, demasiado atenciosa, como se a simpatia fosse uma velatura, um manto, a encobrir o desalinho da roupa interior. As frases dela, num tom apressado e com-

placente, a mostrar que o afecto se tornara uma contrariedade apenas tolerada. E a dúvida. Porque a dúvida, ainda assim, é melhor que a aceitação total da humilhação.

O nome dele há-de aparecer nos jornais, daqui a muito tempo, depois da guerra acabar. Depois de uma vida inteira a perseguir a felicidade, a tentar esquecer o sorriso da ordenança e os olhos de carneiro mal morto do major quando lhe tinha que dirigir a palavra, sempre sem o olhar, como se quisesse evitar o desconforto da piedade.

Mas antes de tudo isso vai acontecer a emboscada.

Os tiros de todos os lados e os projectéis a estalarem no ar por cima da sua cabeça. Aquele som de chicote das balas a passarem a barreira do som. A fila da frente tomba e ele mergulha no capim. Rasteja, gatinha, corre, foge mata adentro. Sem saber se dos tiros, se do sorriso pegajoso da ordenança, se dos olhos mortiços do major, se do ar demasiado atencioso da mulher que fica em Mueda, à mercê do major, enquanto ele tem que ir para o mato.

Fugiu de tudo.

Será considerado desaparecido em combate, ele que caminha agora à minha frente desaparecido dentro da farda, a arma aconchegada ao corpo, a mesma arma que há-de empunhar, quando um mês depois de vaguear pelo mato, entrar em Mueda sem olhar para ninguém, sem dar por ninguém, sem dar por si mesmo. Uma farda apenas, suja e esfarapada, avançando em direcção ao edifício do comando, a G3 em posição de rajada, com um único propósito: obrigar o major a olhá-lo nos olhos, a encarar o homem que existia dentro daquela farda.

O major vai rasgar a proposta de louvor que tinha elaborado, mais para agradecer à sua mulher do que para lhe

reconhecer o mérito a ele, que se tinha limitado a fugir para não tombar também, quando tombou a segunda fila, onde estava. Depois o major vai redigir cuidadosamente uma ordem de prisão.

A sua mulher não é uma mulher muito bela, é apenas bonitinha. Tem um rosto harmonioso, um corpo pequeno, um peito redondo; como uma rolazinha indefesa e insegura. Toda ela tem algo de rola, a voz terna e comedida, os passos pequenos de passarinho, tão inibida, tão pudica. Há algo de columbídeo em todo o seu ser que fez nascer nele um mundo de ternura quase paternal e o próprio sexo não era mais do que o último estádio dessa ternura.

Como pode uma columbídea conter uma felina dentro de si? Onde se escondia essa gata com cio, que nunca se revelou para ele? Que lhe falta a ele que não despertara nunca a felina que o major fez nascer na sua mulher?

A maior humilhação não é a traição dela; a maior humilhação é a consciência de que esse ente querido a quem tem dedicado todo o seu amor, tem sido ao mesmo tempo o objecto de obscena lascívia do major. Só uma imagem lhe ocorre: a delicada taça onde supunha degustar a mais requintada sobremesa, não passa da fétida latrina do major.

Nunca essa felina que o major possuiu aqui nos confins de África se voltará a revelar e a pouco e pouco a rolinha também há-de ir desaparecendo, dando lugar a uma mulher sem encanto nem beleza. A torpe vulgaridade a garantir o pudor e a fidelidade.

E ele, ele nunca mais se há-de encontrar. Às vezes ele próprio achará que



será sempre uma farda vazia a caminhar à frente de alguém, pela vida fora, como agora, na picada, à minha frente, abraçando a G3, ligeiramente curvado, com a mochila às costas, parecendo um corcunda soturno.

Um dia, atribuir-lhe-ão uma pensão, calcularão a sua incapacidade, tendo em conta o nexo de causalidade entre o stress sofrido durante o seu desaparecimento em condições de alta perigosidade, e as perturbações psiquiátricas que o hão-de acompanhar toda a vida. Mas nesse cálculo não estarão incluídas nem o sorriso da ordenança, nem a cobardia do major, nem a traição da mulher.

Mas são esses factores que farão com que a sua roupa pareça vazia para sempre, caminhando pelos declives da vida, à procura de si mesmo, tentando agarrar os pequenos momentos em que se reconhece, como um alpinista se agarra às saliências da rocha firme, enquanto a gravidade o puxa encosta a baixo rumo ao abismo da insanidade.

Desaparecido em combate, um dia, na mata de Moçambique; desaparecido para sempre dentro de si...

Até que um dia encontrem o seu corpo a boiar no rio Douro.

mcbastos
associado n.º 1312

Desporto

Provas e preparação paralímpica



- 3 e 4FEV - mobilizando mais de centena e meia de pessoas, entre atletas e técnicos, a ANDDEM (Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Mental), contando com significativos apoios locais, levou a efeito, no complexo das piscinas municipais de Castro Daire, os "Campeonatos Nacionais de Natação de Inverno", nos quais estiveram em competição nadadores provenientes de 3 áreas de deficiência: ANDDEMOT (Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Motora) e PCAND (Paralisia Cerebral - Associação Nacional de Desporto), além da própria ANDDEM, numa prova que se insere no âmbito das acções de preparação paralímpicas marcadas para o ano de 2007.

- 10FEV - antecedendo o Campeonato da Europa, realizou-se em Gouveia o "Campeonato de Portugal - Cross Longo", em que se inseriram também os "Campeonatos Nacionais por Escalões" e "Torneio Nacional Adaptado", ainda numa co-organização da ANDDEM e várias entidades da região, tendo estado presentes cerca de 100 atletas. De salientar, demonstrando uma cada vez maior e mais compreendida integração destas provas em manifestações do desporto regular, que as mesmas se inscreveram no calendário do campeonato distrital da Guarda.

Notícias várias



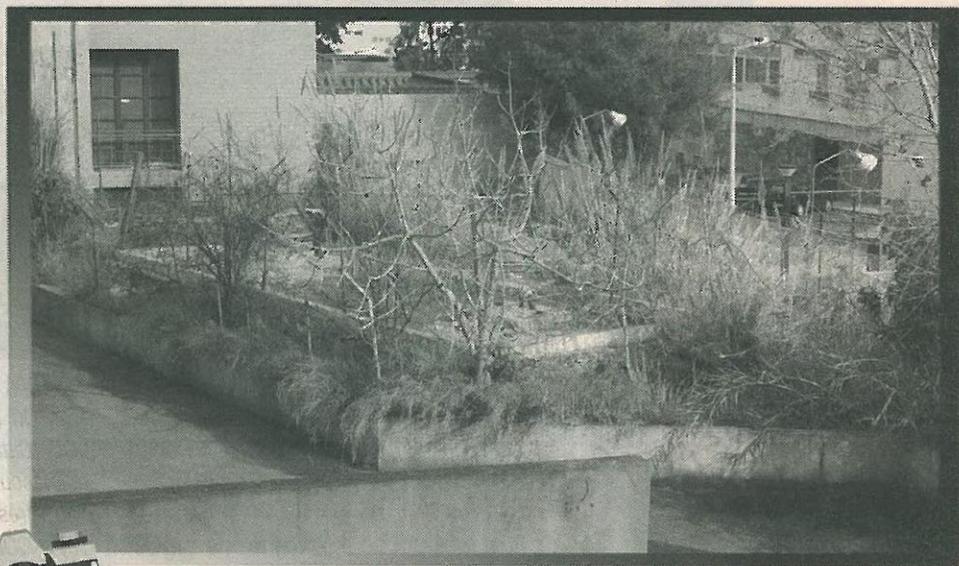
- no dia 12 de Fevereiro, teve lugar, nos Paços do Concelho de Cascais, a assinatura de um protocolo entre a mesma autarquia, o Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão e o Ténis Clube do Estoril, com a finalidade de se conseguirem as necessárias facilidades para que aos grandes deficientes motores seja devidamente facultada a prática do ténis adaptado, certamente devido ao êxito da acção "Movimento de alertar e intervir - ténis: jogar sentado", levada a cabo já em Junho de 2006, conforme ELO então noticiou, numa co-organização das duas primeiras entidades, da Escola Superior de Saúde de Alcoitão e da Federação Portuguesa da modalidade.

- a 23 de Fevereiro foi assinado no Museu da Marinha um acordo de apoio da empresa Timberland à Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, no sentido de que à variante de "vela adaptada", e pelo menos até 2008, ano dos Jogos Paralímpicos de Pequim, sejam dadas condições pelo menos idênticas às que já se reconhecem, por exemplo, para o atletismo, a natação ou a boccia. Ao ELO cabe recordar, com gosto, que a delegação da ADFA do Porto tem incluído esta modalidade na sua "Semana Desportiva", com assinalável sucesso.



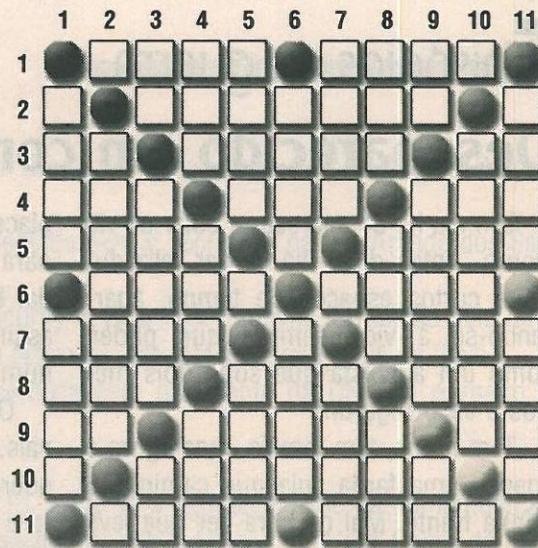
Espaços abertos

FOTOLEGENDA



Agora que os postes da EDP já desapareceram será que o espaço se vai transformar em matagal para nos lembrar o mato em África?

Palavras Cruzadas



HORIZONTAIS

1 - Onde não devem cair os parentes; o que se tapa com a máscara. 2 - Disfarce. 3 - Anno Domine; flor da pureza; também (ant.). 4 - Tom; caminho; Plano Nacional de Contabilidade. 5 - Chefe árabe; elevada. 6 - Deusa egípcia; faz o pinto. 7 - Idade; faz recuar o cavalo. 8 - A gente; cidade galega; juntei. 9 - Existes; praia; Ordem dos Pregadores. 10 - Esconder. 11 - Pedra mármore; falha.

VERTICAIS

1 - Aborreça; aro. 2 - Disfarce carnavalesco (pl.). 3 - Ante meridiano; o que mais se ouve no Carnaval; ditongo. 4 - No Carnaval, ninguém leva a isso; sorris; ferro temperado. 5 - Cingir; quando foi boa, foi de... 6 - Não cozinhada; combustível. 7 - Rio de fronteira; embarcação de recreio. 8 - Elo; preceptora; casa. 9 - Batráquio; peça lisa; consoante dupla. 10 - Carnaval. 11 - Baú; planta comestível.

ADFA CAR



MODELO	P. BASE	P.V.P
AUDI A3		
1.6 Sport 102 Cav 3 P	21.053,35	32.991,93
2.0 FSI Sport 200 Cav 3 P	25.644,44	42.720,93
2.0 TDI Attraction 140 Cav 3 P	21.843,04	38.045,93
2.0 TDI Sport 140 Cav 3 P	23.641,38	40.221,92
1.9 TDI Ambiente 105 Cav 3 P	22.284,60	37.712,93
1.9 TDI Sport 105 Cav 3 P	22.507,74	37.982,93
AUDI A3 SPORTBACK		
1.6 Sport 102 Cav	21.656,16	33.734,82
2.0 FSI Sport 200 Cav	26.247,74	43.528,93
1.9 TDI Advance 105 Cav	20.073,51	35.074,94
1.9 TDI Sport 105 Cav	23.110,70	38.749,94
2.0 TDI Attraction 140 Cav	22.446,34	38.775,93
2.0 TDI Sport 140 Cav	24.244,69	40.951,93
2.0 TDI Sport 170 Cav	25.277,68	42.374,93
AUDI A4 GASOLINA		
1.6 102 Cav	23.138,99	35.892,94
1.8 163 Cav	27.222,42	42.857,93
AUDI A4 GASÓLEO		
1.9 TDI 115 Cav	22.721,49	38.480,94
2.0 TDI 140 Cav	25.844,13	42.953,94
2.0 TDI 140 Cav Multitronic	27.554,84	45.484,94
2.7 TDI 180 Cav	29.699,77	55.907,94
3.0 TDI V6 Quattro 233 Cav	35.926,01	67.924,94
AUDI A4 AVANT GASOLINA		
1.6 102 Cav	24.403,44	37.274,93
1.8 163 Cav	28.486,88	44.439,94
AUDI A4 AVANT GASÓLEO		
1.9 TDI 115 Cav	23.985,18	40.080,94
2.0 TDI 140 Cav	27.108,52	44.589,94
2.0 TDI 140 Cav Multitronic	28.819,30	47.014,94
2.7 TDI 180 Cav	30.963,90	57.543,93
3.0 TDI V6 Quattro 233 Cav	37.190,35	69.578,93
AUDI A6 GASOLINA		
2.4 177 Cav	33.109,29	57.340,12
3.2 255 Cav	41.472,06	74.861,13
AUDI A 6 GASÓLEO		
2.0 TDI 140 Cav	33.017,69	51.953,13
2.7 TDI 180 Cav	35.911,27	63.731,12

3.0 TDI Q 233 cav Tiptronic	44.443,09	78.396,13
AUDI A6 AVANT GASOLINA		
2.0 TFSI 170 Cav	33.933,84	52.959,12
2.4 177 Cav	35.002,41	59.808,12
AUDI A 6 AVANT GASÓLEO		
2.0 TDI 140 Cav	34.910,75	54.350,13
2.7 TDI 180 Cav	37.803,91	66.228,13
3.0 TDI 233 Cav Quattro	44.278,16	77.824,13



MODELO	P. BASE	P.V.P
CORSA		
1.0 5P Enjoy	10.244,60	14.060,00
1.2 5P Enjoy	10.037,11	14.880,00
1.3 5P CDTI Enjoy	12.533,25	18.180,00
1.4 3P GTC	11.814,44	18.300,00
1.3 3P CDTI GTC	14.268,79	20.280,00
1.7 3P CDTI	13.923,74	24.370,00
1.3 5P CDTI Cosmo	15.012,59	21.180,00
1.7 5P CDTI Cosmo	14.655,18	25.280,00
1.2 5P Enjoy Easytronic	10.550,50	15.440,00
1.4 3P GTC Caixa Automática	12.570,47	19.310,00
1.4 5P Caixa Automática	13.297,41	20.210,00
ASTRA		
1.4 GTC	15.095,76	22.250,00
1.3 CDTI GTC	17.000,32	23.660,00
1.7 CDTI GTC	15.667,70	26.580,00
1.9 CDTI GTC	17.394,49	31.320,00
1.3 5P CDTI ENJOY	15.392,05	22.440,00
1.3 5P CDTI COSMO	17.942,47	24.800,00
1.7 5P CDTI COSMO	16.509,85	27.720,00
1.9 5P CDTI COSMO	18.080,44	32.150,00
1.4 5P GTC Easytronic	15.630,64	22.870,00
1.9 5P CDTI Enjoy Active Select	15.751,50	30.520,00
1.3 5P CDTI Easytronic	18.403,31	25.420,00
ASTRA CARAVAN		
1.4 CARAVAN ENJOY	14.550,31	21.590,00
1.3 CDTI CARV ENJOY	16.711,06	23.310,00
1.3 CDTI CARV COSMO	18.661,48	25.670,00
1.7 CDTI CARV COSMO	17.328,86	28.590,00
1.9 CDTI CARV COSMO	18.740,83	33.020,00
1.9 CDTI CARV ENJOY Active Select	16.470,51	31.390,00

1.6 CARAVAN COSMO EASYTRONIC	16.519,63	26.400,00
MARIVA		
1.4 ENJOY	12.472,29	19.130,00
1.3 CDTI ENJOY	13.294,97	19.130,00
1.7 CDTI COSMO	14.721,46	25.460,00
ZAFIRA		
1.9 CDTI ENJOY	16.892,57	30.890,00
1.9 CDTI COSMO	20.487,61	35.240,00
1.9 CDTI ASEDITION Active Select Edition	23.984,34	35.150,00
VECTRA		
1.6 EXECUTIVE 4P	18.270,00	28.580,00
1.9 CDTI EXECUTIVE 4P	18.515,48	32.570,00
1.9 CDTI GTS 5P	21.796,47	36.540,00
1.9 CDTI GTS Active Select	22.038,20	37.920,00
VECTRA CARAVAN		
1.9 CDTI CARV Executive	19.675,48	34.080,00
1.9 CDTI CARV COSMO	23.270,52	38.430,00
1.9 CDTI CARV COSMO Active Select	23.801,09	40.260,00



MODELO	P. BASE	P.V.P
POLO FOX		
1.2 Fox Easy	8.536,96	12.100,98
1.2 Fox Sport Easy	11.743,53	16.947,90
1.4 TDI Fox 70cv	10.297,34	18.037,20
1.4 TDI Fox Pack 70 cv	11.152,27	19.071,67
POLO		
1.2 Confortline 65 Cav 3P	11.278,93	16.941,06
1.2 Confortline 65 Cav 5P	11.746,20	17.506,46
1.4 Confortline 3P Aut	13.257,32	21.245,58
1.4 Confortline 5P Aut	13.724,61	21.811,00
1.4 TDI Confortline 3P	13.409,35	21.665,51
1.4 TDI Confortline 5P	13.867,59	22.219,98
1.9 TDI Sportline 3P 130cv	18.712,04	33.112,58
GOLF A5		
1.4 Trendline Pack 3P 80 Cav	14.452,62	22.899,19
1.4 Trendline Pack 5P 80 Cav	14.922,23	23.467,42
1.4 GT 170Cav 3P	21.091,06	30.982,90
2.0 GTI 200 Cav 3P	24.918,64	41.920,72
2.0 TDI GT 170 Cav 3P	22.836,04	39.491,47
2.0 TDI GT 170 Cav 5P	23.314,01	40.069,82
2.0 TDI GT 170 Cav 3P Cx DSG	24.304,06	41.728,20
2.0 TDI GT 170 Cav 5P Cx DSG	24.304,06	41.728,20
2.0 TDI GT 170 Cav 3P Cx DSG	24.304,06	41.728,20
2.0 TDI GT 170 Cav 5P Cx DSG	24.304,06	41.728,20

2.0 TDI GT 170 Cav 5P Cx DSG	24.784,59	42.310,26
2.0 GTI Turbo 200 Cav 3P	24.918,64	41.920,72
1.9 TDI 105 Cav Confortline 3P	15.984,59	30.189,46
1.9 TDI 105 Cav Confortline 5P	16.448,59	30.751,16
1.9 TDI 105 Cav Confortline 3P Cx DSG	17.358,69	32.027,42
1.9 TDI 105 Cav Confortline 5P Cx DSG	17.822,89	32.589,10
GOLF PLUS		
1.4 Confortline 80Cav	16.873,84	25.876,47
1.9 TDI Confortline 105Cav	17.007,23	31.489,49
1.9 TDI Confortline 105 Cav Cx DSG	18.446,28	33.556,19
2.0 TDI Confortline 140 Cav Cx DSG	21.290,62	37.905,23
PASSAT		
1.6 Confortline 105 Cav	22.869,96	35.163,35
1.9 TDI 105 Cav Confortline	22.063,79	37.555,82
2.0 TDI 140 Cav Confortline	23.520,21	40.137,56
2.0 TDI 140 Cav Highline	27.019,93	44.372,22
2.0 TDI 140 Confortline Cx DSG	25.370,84	42.932,65
2.0 TDI 140 Cav Highline Cx DSG	28.870,57	47.167,32
2.0 TDI 170 Cav Sportline	28.710,86	46.522,47
2.0 TDI 170 Cav Sportline Cx DSG	30.561,49	49.387,03
PASSAT VARIANT		
1.9 TDI 105 Cav Confortline	23.492,32	39.388,56
2.0 TDI 140Cav Confortline	24.948,76	41.900,85
2.0 TDI 140 Cav Highline	28.623,39	46.347,15
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx DSG	26.799,39	44.834,89
2.0 TDI 140 Cav Highline	30.474,02	49.281,19
2.0 TDI 170 Cav Sportline	30.404,31	48.918,93
2.0 TDI 170 Cav Sportline Cx DSG	32.254,94	51.546,12
JETTA		
1.6 115 Cav Confortline	20.240,58	31.888,63
1.9 TDI 105 Cav Confortline	18.077,12	32.488,94
1.9 TDI 105 Cav Cx DSG	19.637,43	34.724,14
2.0 TDI 140 Cav Confortline	23.856,84	40.440,67
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx DSG	22.684,71	39.404,52
TOURAN 5 LUGARES		
1.9 TDI 105 Cav Trendline	18.706,45	33.700,91
2.0 TDI 105 Cav Trendline Cx DSG	20.044,12	35.562,96
2.0 TDI 140 Cav Highline	22.232,44	38.752,09
2.0 TDI 140 Cav Highline	23.557,50	40.841,76
TOURAN 7 LUGARES		
1.9 TDI 105 Cav Trendline	19.229,67	34.334,00
2.0 TDI 140 Cav Trendline	21.874,56	38.319,05
1.9 TDI 140 Cav Highline	22.750,75	39.379,24
2.0 TDI DSG 140 Cav Trendline	23.199,61	40.408,71

Sudoku

Completar a grelha de forma a que cada linha, coluna e quadrado 3x3 contenha todos os números de 1 a 9.

6		8	1			4		2
	3		7	2	4		6	8
4				3			1	5
1	5							
	2	9		6	5	1		
	6			8	1	5		9
2				7	3			9
	1	6				8	7	
3	8	7			6			

Problema Fácil

NOVOS ASSOCIADOS

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- Acácio Ascenção Godinho
- Alonso Candé
- António Carreira Milheiro
- Eduardo Cesário Rodrigues
- Ezequiel de Sousa Bento
- Francisco Gregório Prates dos Santos
- João Miguel Raia Pós de Mina
- José Albertino Pais dos Santos
- José Joaquim da Anta
- Marçal dos Santos Brito
- Manuel António Silva
- Manuel Figueira Rosa
- Manuel Figueira Chaves
- Maria José dos Santos Pio Farias Sequeira
- Silvino António Ferreira
- Sulemane Só

Em www.adfa-portugal.com está à disposição o renovado sítio na net, da ADFA, interactiva. Pareceres e sugestões são bem vindos!

Desporto

Campeonato Nacional de Distância Longa e Estafetas

Numa organização da secção de Orientação da Delegação de Évora da ADFA, decorreram nos passados dias 27/28 de Janeiro, em Vendas Novas, os campeonatos nacionais de distância longa e de estafetas. A prova de domingo (campeonato de longa) foi pontuável para a taça do mundo da modalidade.

Com a presença de cerca de 750 atletas, entre nacionais e estrangeiros, num fim de semana muito frio, mas com algum sol, os atletas presentes ficaram encantados com o belo acolhimento que a organização disponibilizou para esta iniciativa.

No sábado assistiu-se a uma renhida luta nos dois escalões de seniores entre a equipa da ADFA e do CPOC de Qeiras. Em femininos a ADFA, com Lúcia Magalhães, Sandra Rodrigues e Emília Silveira, levou a melhor enquanto em masculinos foi o CPOC que venceu com a ADFA, de Marco Póvoa, Pedro Nogueira e

Santos Sousa, a ficar no 2.º lugar. No domingo disputou-se o campeonato de longa e a prova pontuável para a taça do mundo, onde o título de campeão nacional individual foi conseguido pelo atleta da ADFA Marco Póvoa, com a mais pequena diferença de sempre, apenas um segundo a separá-lo de Tiago Aires do CPOC, depois de 15,200 km de percurso em floresta.

Em relação a sábado, no que se refere a classificações colectivas, os papéis foram invertidos, com a ADFA a ganhar em masculinos e o CPOC a vencer em femininos.

Um especial agradecimento à Câmara Municipal de Vendas Novas pelo excelente apoio logístico que desde a primeira hora disponibilizou para a organização do evento.

Jacinto Eleutério



O pódio das equipas vencedoras: em femininos ADFA (Emília Silveira, Sandra Rodrigues e Lúcia Magalhães), CPOC (Raquel Costa, Joana Rodrigues e Susana Pontes) e COC (Catarina Ruivo, Anabela Vieito e Patricia Casalinho); em masculinos CPOC (Miguel Moraes, Alexandre Alvarez e Tiago Aires), ADFA (Marco Póvoa, Pedro Nogueira e Santos Sousa) e COC (André Ramos, Celso Moiteiro e Joaquim Sousa).

Seleção nacional monopoliza nos europeus de corta mato!

Numa reunião que contou com a presença de mais de 100 atletas integrantes de equipas tão fortes como as de Espanha, da França, da Grã-bretanha ou da República Checa, a representação portuguesa, pode-se bem dizer, ganhou tudo quanto havia para ganhar no "3.º Campeonato da Europa de Corta-Mato INAS-FID" para atletas com deficiência mental, que decorreu de 22 a 25 de Fevereiro pp em Cieza-Murcia, Espanha.

Na verdade, havendo para disputar 4 provas – cross curto e longo em femininos e em masculinos –, os representantes nacionais obtiveram o pleno em todas elas, ou seja, as medalhas de ouro, prata e bronze individuais, a que corresponderam, logicamente, as 4 de ouro por equipas. O maior inconveniente terá sido de ordem musical, já que se teve que ouvir sempre, e unicamente, o mesmo hino...

Com o registo de que todos os restantes atletas lusos (no total eram 14, acompanhados por 4 técnicos),



obtiveram também bons resultados, eis os nomes dos que subiram ao pódio:

- cross curto individual feminino - Margarida Sousa - 1.ª, Lurdes Amador - 2.ª e Mónica Branco - 3.ª;
- cross longo individual feminino - Lurdes Amador alcança desta vez o ouro, Margarida Sousa recebe agora a prata e Mónica Branco repete o bronze;
- cross curto individual masculino - António Soares - 1.º, Paulo Pinheiro - 2.º e Vítor Pleno - 3.º;
- cross longo individual masculino - não havendo

aqui qualquer alteração em relação ao cross curto, António Soares ganha mais ouro, Paulo Pinheiro prata e Vítor Pleno bronze.

Imagine-se agora a disposição em que se encontram os nossos atletas face aos próximos grandes desafios a enfrentar: o Campeonato do Mundo em 2008 na Polónia, o Campeonato da Europa em 2009 na República Checa e o Campeonato do Mundo de 2010, podendo este ainda ter um gosto mais especial, uma vez que Portugal irá apresentar a candidatura para que esta prova se realize no nosso país, em Gouveia.

Recordemos que a selecção masculina se sagrou campeã do Mundo por equipas em cross curto e cross longo, em Wakefield, no passado mês de Novembro e a selecção feminina obteve um também excelente 4.º lugar nestas duas provas.



Laboratório de marcha no CRPG

Na edição de Janeiro de 2006, na quarta crónica sobre uma visita ao CRPG, escrevia-se sobre a intenção, já então levada à prática experimental, de se criar um laboratório onde fossem analisados, entre outros, "Por exemplo, quanto a próteses de membros inferiores, exige-se no mínimo, para além do fornecimento das ajudas técnicas, um estudo da forma de marcha do paciente, da sua bio-mecânica."

Recordemos mais, para melhor compreensão: "Certamente já alguns dos nossos leitores tiveram ocasião de ver em algum programa desportivo ou científico de televisão, testes feitos a atletas de alta competição, especialmente nas modalidades de atletismo e de natação, mas também ginástica, entre outras, no sentido de, analisando os seus movimentos e medindo vários parâmetros do seu esforço, corrigir alguns defeitos, melhorar o seu desempenho e aumentar os seus limites,

Por outro lado, muitos de nós, praticantes de uma qualquer modalidade desportiva na nossa juventude, nos lembramos de quanto importante era a postura e o controle de força e esforço para a obtenção dos melhores resultados, sem prejudicar desnecessariamente o físico nem "rebotar".

Também esta "filosofia" tem todo o cabimento em algum tipo de reabilitação, tal como aquele conhecimento é fundamental para o seu sucesso.

No entanto, a prática corrente (ou diária) em Portugal não passa pela utilização destes sistemas, dependendo grandemente de uma análise individual e da experiência dos técnicos, ...

Impõe-se pois alterar a situação e implementar também na área da Reabilitação, tal como tem vindo a ser efectuado noutros países, sistemas integrados de apoio à avaliação e diagnóstico ou monitorização dos progressos de reabilitação. ...

Nesse sentido, no CRPG está em processo de implementação um laboratório ..."

Passado um ano sobre este artigo, eis que nos chega a notícia de que já a partir de Abril próximo o Laboratório de Avaliação da Marcha do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), está apto, ou procurará dar resposta a, entre outras perguntas e conforme informação própria, "Como caminhamos? A que tipo de pressão estão sujeitos os nossos pés quando caminhamos? O nosso nível de actividade física é o indicado para nos mantermos saudáveis?"

Mas, afinal, o que é um Laboratório de Avaliação da Marcha? O laboratório de análise da marcha é um espaço que integra um conjunto de equipamentos e de metodologias, permitindo avaliar o movimento do corpo, a frequência e o padrão de actividade muscular que acompanha o movimento em questão, e a forma como se distribui a pressão na planta do pé ou na

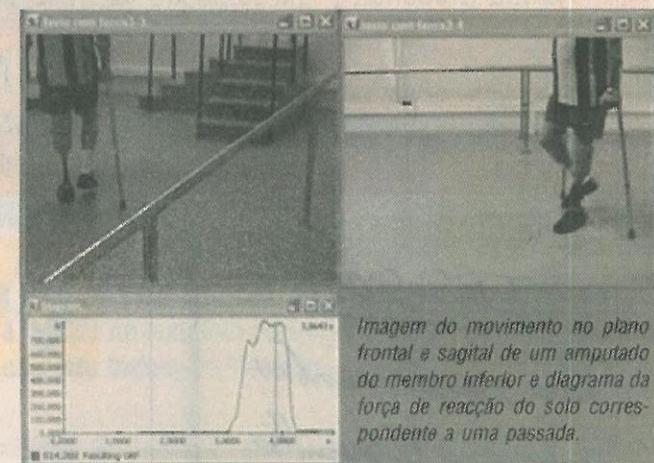


Imagem do movimento no plano frontal e sagital de um amputado do membro inferior e diagrama da força de reacção do solo correspondente a uma passada.

superfície de contacto, como o coto, no caso de pessoas com amputações, em posição estática e em marcha. Permite ainda colher dados sobre o tempo e intensidade da marcha, medida em contexto real de vida, no decorrer das actividades normais das pessoas.

Dirigido a profissionais de saúde e de desporto que, no âmbito da sua actividade, necessitam de recorrer a estudos da análise do movimento e da função, como ferramenta de apoio ao diagnóstico clínico e à tomada de decisão terapêutica, o Laboratório disponibilizará, em cada caso, documentação em vídeo da análise cinemática da marcha, um relatório com os dados da análise cinemática e cinética da marcha e a análise de actividade em contexto real avaliando os parâmetros definidos."

AGNO

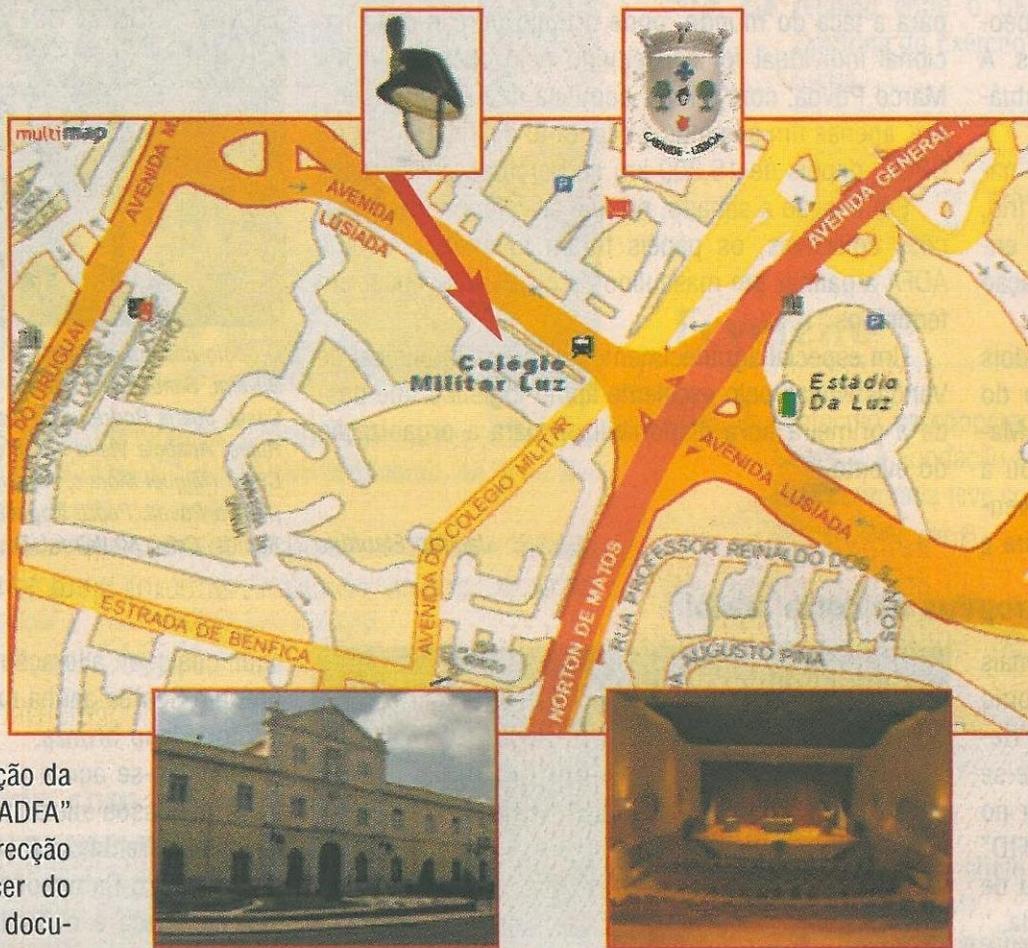
Lisboa 31 de Março

Tal como aconteceu em 17 de Abril de 2004, a Assembleia Geral Nacional Ordinária de 2007, para, fundamentalmente e como Pontos obrigatórios da Ordem de Trabalho, apreciar e votar "o Relatório de Actividades do Conselho Nacional e respectiva apreciação da Execução do Orçamento da ADFA" e "o Relatório e Contas da Direcção Nacional e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Nacional", documentos todos correspondentes ao ano de 2006, vai reunir-se no próximo dia 31 de Março nas instalações do Colégio Militar situadas no Largo da Luz, em Lisboa, nas imediações, como pontos de referência principais, do Estádio da Luz e do Centro Comercial Colombo, cerca da "2.ª Circular"/Av. General Norton de Matos (de onde se deve sair para "Carnide").

Com excelentes acessibilidades quer para carros particulares quer para camionetas, existem ainda numerosos

lugares para estacionamento, já dentro do recinto do CM e perto do auditório onde decorrerá a reunião, para as viaturas dos grandes deficientes, podendo as restantes estacionarem no Largo e imediações.

Os associados das delegações de mais longe que se queiram deslocar a Lisboa, deverão contactar os serviços respectivos para a eventualidade de serem organizadas excursões à AGNO.



Editorial

Temos imensas e complexas questões a equacionar que nos afectam todos os dias, face à realidade da nossa situação, médico/social, emocional, familiar, profissional, de reforma, pré-reforma, idade da reforma, descontos e tantas outras. Sim, quem como nós pode esquecer o filme da Guerra Colonial, revivido todas as noites e dias, sempre e em todo o lado.

Num período difícil da nossa vida, complexo, cabe olhar mais longe, sozinhos jamais poderemos resolver os nossos problemas, tudo muda vertiginosamente, a competição aumenta, o social e o humano ficam para as "calendas", e agora temos também que suportar o fardo da Lei 53-D/2006 de 29DEZ, que nos obriga a pagar as ADM, um direito que nos foi retirado, mas não descansaremos enquanto a justiça não for reposta, acreditemos que foi só um lapso. Reivindicamos junto do MDN a reposição deste direito, nós o exigiremos.

Neste Mundo apesar de todas as medidas políticas adoptadas para as minorias, a integração social é ainda um horizonte a alcançar, lembremo-nos que estamos no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação, é para nós uma JANELA de oportunidades, não nos poderemos alhear deste facto, a ADFA deve marcar pela positiva a sua acção, é hora de exercermos os nossos direitos. Devemos acreditar na ADFA mais solidária com as Delegações e Núcleos, reivindicativa e informada, só assim se aprofunda a participação dos Associados na vida da ADFA, apoiando, criticando, é imperativo exercer os direitos de Associado caminhando para a Plena Cidadania.

Neste momento em que muito se fala de ambiente, digo, a ADFA não precisa de encontrar energias alternativas, foram e são os Associados a fonte de energia vital da ADFA. Assim com esperança, confiança e determinação, participemos todos na próxima Assembleia Geral Nacional de 31 de Março, para ali discutirmos e adoptar a estratégia reivindicativa;

comparece.

" O QUE FAZ FALTA É AVISAR A MALTA "

A Direcção Nacional

ASSOCIADO:

a tua presença e participação são prova da vitalidade e do poder reivindicativo da ADFA.

COMPARECE!

para dares mais força aos dirigentes na sua política e luta na defesa dos direitos dos deficientes das Forças Armadas!!!

IRS 2006

Para rendimentos categoria A (trabalho dependente) e categoria H (pensões), entregar declarações:

- suporite papel - até 15 de Março;
- por via electrónica - entre 10 de Março e 15 de Abril



Tudo à grande

RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m².
- ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA

Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91

Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA



REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL DA ADFA

31 de Março de 2007

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA DIRECÇÃO NACIONAL referente ao ano de 2006

INTRODUÇÃO

A Direcção Nacional eleita a 25 de Novembro de 2006, para o triénio 2007/2009 e cuja tomada de posse ocorreu no dia 4 de Janeiro de 2007, apresenta aos associados, nos termos do Artigo 27.º n.º 2 dos Estatutos da ADFA, o Relatório de Actividades ao exercício de 2006.

Como é compreensível pelos associados, a Direcção Nacional limita-se a apresentar um relatório de actividades relativo ao exercício de 2006, baseado nos factos que ocorreram e que estão devidamente documentados, eximindo-se a formular quaisquer apreciações de conteúdo de estratégia política associativa, dado que não lhe coube a ela o referido exercício e definição dos parâmetros que enquadraram toda a actividade da ADFA no ano transacto.

ACTIVIDADES

Continuou a incentivar-se a dinâmica da actividade associativa, com a sempre desejável envolvência nacional, com base na parceria e criatividade das Delegações e prosseguiram as reuniões conjuntas com as suas Direcções, que contribuíram, de forma importante, para a harmonização da gestão e actividade nacionais da Associação;

tal interligação foi, sem dúvida, uma das razões mais palpáveis para a significativa ocorrência associativa ao Acto Eleitoral Ordinário, realizado em 27 de Novembro e que, em participada e democrática afluência, elegeu os Órgãos Sociais Nacionais e Regionais, para o exercício do mandato de 2007/2009.

Nestas eleições, e conforme determinou a deliberação do Conselho Nacional de 24 de Setembro de 2005, foram eleitos os Órgãos Sociais para a Delegação de Lisboa, a reabrir após 31 de Dezembro de 2006.

O 32.º Aniversário da ADFA foi celebrado a nível nacional:

- pela integração de participantes nossos da modalidade de ciclismo na equipa de paraquedistas que fez a peregrinação que, partindo no dia 13 de Maio, efectuou a ligação entre os dois santuários marianos de Fátima e Lourdes; e,

- pela Sessão Solene, decorrida na nossa Sede Nacional no seguinte dia 17, e que, presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, dr. Luís Amado, trouxe ao nosso convívio as mais altas patentes militares, tal como representantes da Assembleia da República e departamentos governamentais, Governadora Civil de Lisboa, dirigentes de associações de militares, antigos combatentes e deficientes, para além de elementos de órgãos sociais de todo o espaço associativo da implantação da ADFA e número assinalável de associados.

Os Órgãos Sociais Nacionais estiveram presentes nas reuniões e convívios de associados e suas famílias, tendo-se deslocado a acções de trabalho, aniversários e festas de Natal, tal como a outros eventos, levados à prática em todas as Delegações.

Destacam-se dessas participações:

- a realização de uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária, convocada por 107 Associados nos termos do artigo 30º número 3 dos Estatutos da ADFA, e que se realizou no Pavilhão Multiuso em Rio Maior, no dia 25 de Fevereiro de 2006, destinada a analisar e discutir o documento (Memorando da DN de 8 de Junho de 2005) publicado no jornal "ELO" de Março de 2006, enviado ao 1º Ministro e Ministro das Finanças, e no qual os Associados petionários se sentiam altamente lesados nos seus direitos. A direcção Nacional nesta Assembleia, apresentou um documento de trabalho do Ministério da Defesa Nacional, no qual se aditava um nº 10 ao artigo 14º do Decreto Lei nº 43/76 de 20JAN.

- a transferência para novas instalações da Delegação de Castelo Branco, cedidas pela Câmara Municipal local e inauguradas em 11 de Março, com a presença do Presidente da Edilidade, autoridades civis e militares da cidade, para lá de dirigentes nacionais e de muitas delegações da ADFA e de apreciável número de associados. A certeza de que a vida da ADFA mudou, pela positiva, naquela zona interior do país;

- aproveitando-se a presença na Madeira de um elemento da Direcção Nacional, foi efectuada em Agosto, na Delegação do Funchal, uma reunião com diversos associados da Região, na qual foram abordados diversos temas do interesse geral, designadamente, as questões relativas à ADM;

- nos Açores, e ocorridos nos dias 13 e 15 de Outubro, respectivamente, tiveram lugar colóquios, co-organizados pela ADFA e promovidos sob a égide do deputado europeu daquela Região, Paulo Casaca, os quais, submetidos ao tema "Incentivar para Mudar", foram concretizados nas ilhas do Faial e da Terceira. Os encontros havidos na primeira daquelas ilhas foram voltados para a classe estudantil, enquanto na Terceira os participantes respectivos foram técnicos de saúde e da segurança social, tendo em ambos sido apreciada a intervenção do representante da DN.

Continuou a dispensar-se a melhor atenção, quer por parte da DN, quer do serviço social, aos nossos associados originários dos PALOP e que se encontram alojados no Regimento de Transmissões e na EMEL (hoje CME), com especial empenho na sua situação, a partir da extinção do Quartel-general do Governo Militar de Lisboa, o qual lhes garantia os necessários apoios.

Tomou-se conhecimento de que a nossa estrutura associativa do Maputo, se transformou na Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique, o que exige um reequacionamento do relacionamento com ela, dado que tal estrutura se encontrará agora integrada como organização no tecido social daquele país.

A DN prosseguiu a manifestação da matriz da ADFA, como associação de deficientes militares, numa dinâmica e postura expostas perante os poderes públicos e a comunidade, em demonstração de que o

nosso universo específico é muito mais abrangente e merecedor de respeito, do que a sua origem circunscrita ao conjunto dos antigos combatentes.

De todas as formas, depois de reconhecida como organização com assento no Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes, a ADFA integrou a sua primeira reunião, realizada em 21 de Dezembro de 2005, lamentando que o mesmo não tenha sido convocado durante todo o ano de 2006.

De qualquer modo, e no sentido do avivar da memória da "Guerra Colonial", incentivaram-se e apoiaram-se as iniciativas de manutenção e enriquecimento do material exposto no Museu respectivo, em Famalicão, o que se evidencia através da assinatura na Sede Nacional, em 26 de Outubro, de protocolo de cooperação mútua com o Arquivo Histórico Militar e a Liga dos Amigos do Arquivo Histórico Militar.

Por outro lado, a DN participou nas comemorações do "Dia do Combatente", na Batalha a 8 de Abril, do "10 de Junho", junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, e em Oeiras e do Armistício da I Grande Guerra, em Lisboa no dia 11 de Novembro; foi ainda convidada para a inauguração do monumento aos mortos na Guerra Colonial do concelho de Mirandela, no dia 5 de Outubro, e para a inauguração de monumento idêntico, em 19 de Novembro, em Pombares-Arganil, tendo em ambos os actos sido solicitada a intervenção do presidente da DN.

Depois da apresentação e reequacionamento da "Estratégia Legislativa" da ADFA, para além da adaptação de todo o seu enquadramento reivindicativo, face à alteração profunda do entendimento do governo, em relação ao sistema de saúde aplicável aos militares e aos Deficientes das Forças Armadas, foram produzidos pela DN alguns documentos defendendo o nosso intocável direito ao apoio de cuidados de saúde, por razão da deficiência e de enfermidades de outras origens, junto do Ministro da Defesa Nacional, dr. Luís Amado, e do Grupo de Trabalho para a ADM, tendo as nossas posições acolhido todo o acordo; no entanto, alguns desses pontos de vista foram vertidos em propostas legislativas que, até ao final do ano e infelizmente, não mereceram a normal aprovação ministerial e posterior publicação.

Pelo despacho n.º 201/MDN/2005, de 9 de Setembro, foi criado o Grupo de Trabalho para a Reestruturação das Carreiras e Vencimentos dos Militares das Forças Armadas, mas o trabalho entretanto desenvolvido não terá correspondido às expectativas do Ministério da Defesa Nacional que, por isso, decidiu readaptá-lo, através do seu novo despacho n.º 11385/2006, de 25 de Maio. A ADFA foi remetendo alertas para que os nossos direitos fossem acautelados no desenvolvimento das tarefas do Grupo e, por nossa insistência, a Associação passou a integrar, como observadora, as respectivas reuniões, nas quais seria convidada a propor por escrito as suas intenções, o que foi feito através de dois documentos, um, sobre a área retributiva

e, outro, sobre a área social e de saúde, tendo sido das garantias de que tais opiniões iriam ser incorporadas no relatório final do Grupo de Trabalho, a ser entregue no Ministério da Defesa Nacional até ao dia 15 de Dezembro de 2006.

Por outro lado, após a tomada de posse do actual Governo, foi decretada a incompatibilidade da acumulação de vencimentos e pensões da Administração Pública, o que originou reacção da DN junto do Primeiro Ministro, em 8 de Junho de 2005, e do Ministro da Defesa Nacional, em 16 de Novembro seguinte, no intuito do acautelamento desse direito, reconhecido a todos os Deficientes Militares, esse facto foi garantidamente assumido por expressão clarificadora do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública, datada de 2 de Março de 2006, e do despacho de concordância da Secretaria de Estado do Orçamento, sobre parecer favorável da Caixa Geral de Aposentações, cujo conhecimento nos foi comunicado pelo Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar em 26 de Junho seguinte.

As preocupações da ADFA, relativamente a estas novas questões, e às invariáveis e permanentemente pendentes, como o caso da injustiça de que vêm sendo alvo os Deficientes das Forças Armadas colocados no posto de "Furriel em extinção", foram apresentadas aos Ministros da Defesa Nacional, Dr. Luís Amado, nas audiências que nos foram concedidas em 7 de Fevereiro e 8 de Maio, e pelo Dr. Nuno Severiano Teixeira a 15 de Novembro, bem como ao Secretário de Estado, Dr. João Mira Gomes, em idêntica reunião ocorrida em 15 de Setembro.

Aguardou-se a predisposição do MDN, em relação à elaboração do Estatuto do Deficiente Militar que, como documento estruturante e abrangente, foi sendo trabalhado, com todo o cuidado e rigor, pelo grupo da ADFA nomeado para o efeito.

Concretizou-se a estratégia de protocolos e parcerias, a desenvolver pela ADFA, para fins de apoio de saúde, social, domiciliário e residencial, em desenvolvimento de um plano que, com apoio de programas específicos nestas matérias, permitam a criação de um quadro profissionalizado de pessoal técnico, que gize o plano das candidaturas e a gestão operacional dos projectos a apresentar.

Enquadram-se neste objectivo:

- a celebração de uma parceria com a IBM, assinada em 22 de Março, no intuito da facilitação do acesso de associados cegos às novas tecnologias da informação e comunicação;

- A concretização dos contactos e trabalho já desenvolvidos com a licenciatura em Reabilitação e Integração Social, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada-ISP, que se consubstanciaram na assinatura de dois protocolos de cooperação na Sessão Solene comemorativa do 32.º Aniversário da ADFA;

- a conclusão dos contactos com a Fundação PT, que proporcionaram, para já, idêntica assinatura de uma parceria inicial, no final de 2006, tal como a ministração, por técnicos daquela instituição, de um curso de informática na nossa sede, destinado aos trabalhadores da ADFA; e,

- com uma reunião de trabalho também na nossa Sede Nacional, em 27 de Abril, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, acompanhado de significativo "staf", resultado de uma anterior reunião naquela benemérita instituição, e de outros contactos, foram lançados os alicerces para a celebração de um protocolo de cooperação mútua, que promoverá, designadamente por parte da SCML, o apoio objectivo aos nossos associados, residentes na cidade de Lisboa, dentro do projecto "ADFA-Rede Solidária".

Zelou-se pela continuidade da dignidade e competência médica e clínica, conforme os deficientes militares têm vindo a ser acompanhados e tratados nos estabelecimentos militares de saúde, tal como na prescrição e fornecimento de ajudas técnicas, fossem elas próteses, ou outros meios auxiliares para compensação das desvantagens causadas pelas incapacidades.

Acentuou-se a posição da ADFA, sobre o óbvio reconhecimento da afectação do Lar Militar aos objecti-

ADFA - BALANÇO DA SEDE

CÓDIGOS CONTAS	ACTIVO	2006			2005				
		ACTIVO BRUTO	AMORT. E PROVIS.	LÍQUIDO	LÍQUIDO	CODIGOS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	PASSIVO LÍQUIDO	PASSIVO LÍQUIDO
	IMOBILIZADO								
411	Partes de Capital	2 992,79		2 992,79	2 992,79				
422	Edifícios e Outras Construções	2 890 046,38	1 015,53	2 889 030,85	2 538 675,13				
423	Equipamento Básico	217 459,32	187 360,47	30 098,85	24 601,85	571	Reservas	3 204 880,73	3 204 880,73
424	Equipamento de Transporte	53 225,66	44 602,35	8 623,31	0,00				
425	Ferramentas e Utensílios	11 814,51	11 814,51			59	Resultados Transitados	24 936,63	-306 057,82
426	Equipamento Administrativo	440 175,49	438 542,87	1 632,62					
429	Outras Imobilizações Corpóreas	13 665,61	13 665,61						
441	Imobilizações em Curso	415 599,57		415 599,57	415 599,57	88	Resultado Líquido do Exercício	-75 103,79	-19 854,77
		4 044 979,33	697 001,34	3 347 977,99	2 981 869,34		Total do Capital Próprio	3 154 713,57	2 878 968,14
	CIRCULANTE								
36	Mat. Primas, Subs. de Consumo	2 039,36		2 039,36	1 874,14				
35	Produtos e Trabalhos em Curso								
33	Produtos Acab. E Intermédios								
32	Mercadorias	3 188,59		3 188,59	4 137,51				
		5 227,95		5 227,95	6 011,65				
	DÍVIDAS DE TERC.-C. PRAZO								
211	Clientes - C/Corrente	7 557,56		7 557,56	7 148,43	231/12	Dívidas a Instit. Crédito	2 546,89	
24	Estado e Outros Entes Públicos					221	Fornecedores - C/Corrente	59 228,84	60 311,24
268	Centros Produtivos					24	Estado e Outros Entes Públicos	7 790,78	7 803,05
268	Sede / Delegações	25 755,72		25 755,72	34 519,14	268	Sede / Delegações	106 881,19	84 618,79
268/221	Outros Devedores	123 512,34		123 512,34	135 494,64	268	Centros Produtivos	76 671,54	78 540,69
		156 825,62		156 825,62	177 162,21	263/267	Outros Credores	520,73	516,77
						268/211	Outros Credores	21 066,50	18 096,62
								274 706,47	249 887,16
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS								
159	Outros Títulos Negociáveis								
12+13+14	Depósitos Bancários	47 155,28		47 155,28	131 522,76	273	Acréscimos de Custos	472,61	0,00
11	Caixa	428,97		428,97	576,15	274	Receitas com Provento Diferido	136 640,44	172 447,47
		47 584,25		47 584,25	132 098,91			137 113,05	172 447,47
	ACRÉSC. E DIFERIMENTOS								
271	Acréscimos de Proveitos	8 220,00		8 220,00					
272	Despesas com Custo Diferido	697,28		697,28	4 160,66				
		8 917,28		8 917,28	4 160,66		Total do Passivo	411 819,52	422 334,63
	Total do Activo	4 263 534,43	697 001,34	3 566 533,09	3 301 302,77		Total Cap. Próprio e Passivo	3 566 533,09	3 301 302,77

ADFA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA SEDE

CÓDIGOS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	2006		2005			
		2006	2005	2006	2005		
61	Custo das Mercadorias Vendidas	73 081,93	69 860,31	71	Vendas de Mercadorias		
		73 081,93	69 860,31	72	Prestação de Serviços	206 789,51	236 963,54
					Variação da Produção		
62	Fornecim. e Serviços Externos	380 151,38	384 468,97			206 789,51	236 963,54
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	257 946,86	269 888,39	73	Proveitos Suplementares	1 984,06	3 511,66
645/8	Encargos Sociais	86 926,46	45 425,95	74	Subsídios à Exploração	480 554,93	435 990,00
		725 024,70	699 783,31	76	Outros Proveitos Operacionais	228 340,23	310 432,71
66	Amortizações do Imob. Corpóreo	12 457,76	19 860,05				
67	Provisões						
		12 457,76	19 860,05	78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
63	Impostos	5 994,69	4 217,39		Outros Juros e Proveitos Similares	1 333,71	1 855,01
						1 333,71	1 855,01
65	Outros Custos Operacionais	175 673,79	229 859,58				
		181 668,48	234 076,97	79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	4 521,42	22 724,80
68	Custos Financeiros						
	Juros e Custos Similares	4 294,44	5 066,33				
		4 294,44	5 066,33				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	2 100,34	2 685,52				
88	Resultado Líquido do Exercício	-75 103,79	-19 854,77				
	Total do Débito	923 523,86	1 011 477,72		Total do Crédito	923 523,86	1 011 477,72

vos para que foi criado, na senda do determinado no respectivo despacho regulamentar e das legítimas expectativas, que os grandes deficientes militares dependentes nele têm depositadas, desde a sua criação, para o seu acolhimento.

Tal entendimento, e a maior adequação do Lar a novas valências, foram expostas ao Ministro da Defesa Nacional, que determinou a reunião do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas-CCADFA, que equacionou e aconselhou respostas que foram, seguramente, a causa do despacho do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, datado de 18 de Julho, através do qual foram tomadas decisões sobre o "Lar" e que levou à promoção de um levantamento das situações, localização e equacionamento de necessidades descentralizadas dos Deficientes das Forças Armadas, tal como ao reinício, em 24 de Outubro, do seu Conselho Consultivo, onde foi decidido pelos representantes do MDN, CVP e ADFA a promoção de propostas para adequação do regulamento respectivo aos desafios e aos residentes, e demais utentes, de hoje e do futuro.

Acompanhou-se a tramitação do projecto de construção, ampliação e remodelação das instalações da Delegação do Porto, no sentido da concretização do que constitui uma ambição dos associados, designadamente dos residentes na área Norte do país.

Continuou-se a insistir, junto do MDN, para criação de condições, na cedência de infra-estruturas adequadas à instalação do Centro de Reabilitação dos Açores, tal como, por outro lado, na busca da concretização de protocolos de cooperação, com entidades nacionais e regionais, que apontem para a instalação de valências sociais e de saúde, na sede da Delegação em Ponta Delgada.

Prosseguiu-se a tramitação judicial sobre a permuta de instalações da Delegação de Coimbra, que se afugura poder vir a conhecer sentença dentro de curto espaço de tempo.

Foi clara a envolvimento da ADFA na execução do protocolo, celebrado com o Ministério da Defesa Nacional, para efeitos de tratamento e acompanhamento dos militares e ex-militares, afectados pelo "Stress de guerra", e para a divulgação e informação daquela patologia e da respectiva Rede Nacional de Apoio, pelo que se continuou a empenhar na área específica das valências que aquele lhe confere.

A DN foi convidada e participou no Colóquio que, organizado pela Direcção do Serviço de Saúde do Exército, no Hospital Militar de Coimbra, ocorreu de 21 a 23 de Setembro.

A ADFA continuou a exigir com intransigência, embora infrutiferamente, o correcto funcionamento da Rede Nacional de Apoio, para que cumpra as tarefas de avaliação e despiste dos pacientes afectados pelo

ADFA - BALANÇO CONSOLIDADO (Sede + Delegações)

		2006			2005				
CÓDIGOS CONTAS	ACTIVO	ACTIVO BRUTO	AMORT. E PROVIS.	LIQUIDO	LIQUIDO	CODIGOS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	PASSIVO LÍQUIDO	LIQUIDO
	IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO		
411	Partes de Capital	2 992,79		2 992,79	2 992,79				
422	Edifícios e Outras Construções	3 472 177,31	123 551,68	3 348 625,63	2 958 617,81				
423	Equipamento Básico	342 056,71	298 695,39	43 361,32	40 404,46	571	Reservas	3 822 679,83	3 622 450,95
424	Equipamento de Transporte	151 009,34	137 036,03	13 973,31	18 725,04				
425	Ferramentas e Utensílios	27 566,13	27 288,59	277,54	517,07	59	Resultados Transitados	415 560,28	20 884,82
426	Equipamento Administrativo	614 189,28	590 099,28	24 090,00	29 821,27				
427	Taras e Vasilhame	44,66	44,66	0,00	0,00				
429	Outras Imobilizações Corpóreas	41 224,66	27 701,25	13 523,41	16 227,24				
431	Despesas Instalação	807,15	383,97	423,18	423,18				
441	Imobilizações Em Curso	494 673,59		494 673,59	481 541,59	88	Resultado Líquido do Exercício	-19 205,79	16 923,57
	(4)	5 146 741,62	1 204 800,85	3 941 940,77	3 549 270,45		Total do Capital Próprio	4 219 034,32	3 660 259,34
	CIRCULANTE						(8)		
36	Mat. Primas, Subs. de Consumo	4 679,28		4 679,28	5 826,91				
35	Produtos e Trabalhos em Curso								
33	Produtos Acab. e Intermédios								
32	Mercadorias	23 077,27		23 077,27	25 138,28		PASSIVO:		
		27 756,55		27 756,55	30 965,19		DÍVIDAS A TERC.-C. PRAZO		
211	Clientes - C/Corrente	7 557,56		7 557,56	7 148,43	231	Dívidas a Instituições Crédito(9)	2 703,30	2 046,97
24	Estado e Outros Entes Públicos					221	Fornecedores - C/Corrente(10)	61 815,19	63 141,21
268	Centros Produtivos	0,00		0,00	0,00	24	Estado/ Out.Entes Públicos(11)	13 575,32	14 151,34
268	Sede / Delegações	45 337,47		45 337,47	30 936,92	268	Sede / Delegações		
268/221	Outros Devedores	158 783,69	149,64	158 783,69	175 815,91	268	Centros Produtivos (12)	76 671,54	78 540,69
	(5)	211 678,72	149,64	211 529,08	213 901,26	268/221	Outros Credores (12)	31 419,30	24 872,84
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS							186 184,65	182 753,05
159	Outros Títulos Negociáveis	14 400,09		14 400,09	12 771,71		ACRÉSC. E DIFERIMENTOS		
12+13+14	Depósitos Bancários	282 494,15		282 494,15	360 282,30	273	Acréscimos de Custos	472,61	0,00
11	Caixa	59 894,51		59 894,51	40 926,70	274	Receitas com Provento Diferido	142 540,44	378 570,97
	(6)	356 788,75		356 788,75	413 980,71		(13)	143 013,05	378 570,97
	ACRÉSC. E DIFERIMENTOS						Total do Passivo	329.197,70	561.324,02
271	Acréscimos de Proveitos	8 220,00		8 220,00	7 932,00				
272	Despesas com Custo Diferido	1 996,87		1 996,87	5 533,75				
	(7)	10 216,87		10 216,87	13 465,75		Total Cap. Próprio e Passivo	4 548 232,02	4 221 583,36
	Total do Activo	5 753 182,51	1 204 950,49	4 548 232,02	4 221 583,36				

ADFA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA (Sede + Delegações)

		2006		2005			
CODIGOS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	2006	2005	CODIGOS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	2006	2005
61	Custo das Mercadorias Vendidas	131 467,01	131 836,08	71	Vendas de Mercadorias	4 149,78	3 497,42
	(14)	131 467,01	131 836,08	72	Prestação de Serviços	318 712,05	364 478,22
62	Fornecim. e Serviços Externos(15)	613 977,56	612 477,67		Variação da Produção	322 861,83	367 975,64
642	Custos com o Pessoal						
645/8	Remunerações	467 586,78	468 013,13	73	Proveitos Suplementares	4 797,03	5 622,56
	Encargos Sociais	131 065,79	82 653,68	74	Subsídios à Exploração (19)	662 755,92	590 828,33
		1 212 630,13	1 163 144,48	76	Outros Proveitos Operacionais(21)	159 827,69	259 818,93
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício	56 817,11	73 926,24		Quotização(20)	386 750,17	358 580,05
67	Provisões					1 214 130,81	1 214 849,87
		56 817,11	73 926,24		Proveitos e Ganhos Financeiros		
63	Impostos	6 094,38	4 462,62				
65	Outros Custos Operacionais(16)	171 227,05	227 800,42	78	Outros Juros e Proveitos Similares	6 030,58	3 628,48
		177 321,43	232 263,04			6 030,58	3 628,48
68	Custos Financeiros			79	Proveitos/Ganhos Extraordinários(22)	26 288,88	41 670,47
	Juros e Custos Similares(17)	7 447,64	6 640,73				
		7 447,64	6 640,73				
69	Cust./Perdas Extraordinárias(18)	2 834,57	3 390,32				
88	Resultado Líquido do Exercício	-19 205,79	16 923,57				
	Total do Débito	1 569 312,10	1 628 124,46		Total do Crédito	1 569 312,10	1 628 124,46

"Stress de guerra", tal como a lei lhe impõe, não se enfeitando, contudo, a complementaridade que àque-las podem dar as nossas equipas multidisciplinares de Lisboa e Porto, cuja tarefa se quer expandir a outras Delegações. Porém, as vertentes da despistagem e avaliação, por parte das ONG, e como prevê o Despacho Conjunto n.º 502/2004, de 5 de Agosto, dos Ministérios da Defesa Nacional, da Saúde e do Trabalho e Segurança Social, continuaram indefinidamente a não poder ser aplicadas, não publicado o despacho regulamentar que definisse as regras e procedimentos a constar dos novos protocolos a celebrar, já com abertura para essas áreas.

Apoiou-se a nossa equipa de ciclismo que, para além da anteriormente referida peregrinação a Lourdes, participou em diversas provas nacionais, organizadas pela ADFA e outras entidades desportivas, designadamente na Taça Nacional de BTT para Deficientes, em Corroios a 20 de Janeiro, no Campeonato Nacional de Ciclismo para Deficientes, em Aveiro a 18 e 19 de Março, na Taça Nacional de Ciclismo para Deficientes, em Vila Nova de Poiares em 8 de Abril, na Prova de Cicloturismo Integrada, que uniu as localidades de Alenquer, Azambuja e Cartaxo, organizada pelo Núcleo da ADFA de Aveiras de Cima, no dia 25 de Junho, e na Travessia da Ponte

Vasco da Gama, integrada num conjunto de 4000 praticantes e que se realizou em 10 de Setembro. A ADFA, por outro lado, organizou, dentro da actividade de "Seixalada", a vertente de desporto especial, que decorreu, em todo o concelho do Seixal, de 23 de Setembro a 14 de Outubro.

Concretizaram-se algumas ajudas à actividade da equipa de pesca desportiva, designadamente no objectivo da sua participação activa no maior número possível de provas, das quais se salientam, o Campeonato Nacional de Pesca para Deficientes, na Quinta da Boa-vista, Ponte de Sôr, em 3 e 4 de Junho, no Rio Mondego, em Coimbra, nos dias 24 e 25 do mesmo mês, e na Ribeira de Raia, no Cabeção, a 29 e 30 de Julho. Desenvolveu-se, em organização da ADFA, por ocasião das comemorações do seu 32.º aniversário, o 6.º Concurso de Pesca de Mar, em Lisboa a 7 de Maio.

A equipa de Orientação da ADFA, que desenvolve a sua actividade a partir da nossa Delegação de Évora, teve uma participação de muito relevo a nível nacional e internacional, quer em termos da sua intensa presença nas provas da modalidade, quer nos excelentes resultados que obteve. Da sua actividade constam diversas provas da sua própria organização, de entre as quais destacamos a dos Campeonatos Nacionais de Orientação Pedestre em Distância Média e Sprint, em Reguengos de Monsaraz a 6 e 7 de Maio.

Passou-se à execução de uma das quatro fases do projecto, apresentado à Unidade de Missão para a Inovação e o Conhecimento/UMIC, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em Outubro de 2005, no âmbito da modernização, reequipamento e máxima utilização das novas tecnologias da informação.

Aquele projecto, aprovado em Dezembro de 2005 no total de 30 000 euros, vai permitir colocar a ADFA ao nível das instituições que melhor utilizam as potencialidades das novas tecnologias da comunicação.

A ADFA procedeu, por outro lado, à assinatura de um protocolo com a Fundação Portugal Telecom, que visa, através de parceria com a Universidade de Évora, a criação de um gabinete de apoio ao estudante, dotado das tecnologias da comunicação indispensáveis ao aluno portador de deficiência.

Foi melhorado o programa "GIS" - aplicação de gestão informática de associados.

No Centro de Documentação e Informação/CDI, na sede nacional, melhoraram-se as condições de digitalização e tratamento gráfico de documentos a cor, através de hardware e software específicos.

Analisado o mercado de fornecedores de serviços gráficos, optou-se pela alteração da empresa que imprime, envelope e envia para expedição o jornal ELO, com claro aumento de funcionalidade e redução de custos.

Com base na procura e desenvolvimento de trabalho da Tipografia-Escola, investiu-se naquele centro produtivo, ao adquirir-se, no ano de 2006, uma viatura nova, dado o desgaste da anteriormente existente, e uma máquina de alcear que rentabiliza significativamente o labor desenvolvido pela mais valia que oferece em relação à mão de obra convencional.

Ainda sem resultados palpáveis, sensibilizou-se o Ministério da Defesa Nacional para a implementação de um modo diferente de negociar, relativamente à forma antes praticada na aceitação da cedência, por parte daquele Ministério, de infra-estruturas imobiliárias de real valia para a nossa Associação, e que têm origem de posse no domínio militar. Da solução a encontrar dependerá, em grande parte, o desenvolvimento que a ADFA deverá assumir na área económica, voltada para as vertentes da saúde, protésica e de ocupação de tempos livres;

Em sequência daquela pretendida clarificação, se insistirá no objectivo da criação, em Lisboa e Ponta Delgada, de pólos de atendimento para fornecimento e reparação de próteses, com base no conhecimento que o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia-CRPG detém na matéria.

A Direcção Nacional e elementos dirigentes da Delegação do Porto estiveram presentes no acto de lançamento do "Centro de Novas Oportunidades" do CRPG, em cerimónia ocorrida nas suas instalações, no dia 6 de Dezembro, e a que presidiram a Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação e o Secretário de Estado da Educação.

Reforçou-se a abertura aos poderes central e local e à instituição militar, assim como às comunidades nas quais as nossas Delegações se integram, no sentido de se desenvolverem sinergias capazes de viabilizar soluções, para os problemas diversos e complexos que afectam os associados da ADFA.

Em sequência das actividades já identificadas, realçam-se as seguintes:

- o Dr. Jorge Sampaio, na fase final do seu mandato, recebeu os Órgãos Sociais na Presidência da República, no dia 20 de Janeiro;

- a ADFA, por seu lado, saudou o Chefe de Estado, professor doutor Aníbal Cavaco Silva, por ocasião das suas eleição e posse para aquelas funções e de Comandante Supremo das Forças Armadas, felicitando, também, a sua presença junto dos militares portugueses destacados nos Balcãs e a iniciativa de promover a dignificação das Forças Armadas, ao dedicar-lhes a manhã do "Dia de Portugal";

- o Presidente da Assembleia da República voltou a convidar a DN para que se fizesse representar na sessão solene dos 32 anos do "25 de Abril";

- em finais de Outubro e início de Novembro, a DN, pela ADFA e integrando o movimento de discordância com outras associações da deficiência, por razão das propostas orçamentais do Governo para alteração da tributação em IRS dos rendimentos dos cidadãos deficientes, elaborou documentos diversos defendendo os nossos pontos de vista em relação à injustiça a que se estava a proceder, em sede parlamentar de apreciação e votação do Orçamento de Estado, enviando-os às mais diversas entidades públicas e, designadamente, manteve contactos com o Presidente da Assembleia da República, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, Ministro da Defesa Nacional, Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Secretários de Estado da Defesa e dos Assuntos do Mar e dos Assuntos Fiscais, Comissão Parlamentar de Defesa Nacional e todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República;

- o general Chefe de Estado-Maior da Força Aérea endereçou convite para o aniversário daquele ramo, comemorado em Braga a 30 de Junho e 1 de Julho, e o General Chefe do Estado-Maior do Exército, para o "Dia do Exército", organizado nos dias 21 e 22 de Outubro, na cidade de Évora.

Durante o ano de 2006, visitaram especificamente a nossa Sede: O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar em 30 de Outubro; o Chefe e o Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea em 11 de Dezembro, o General Quartel Mestre do Exército em 14 de Novembro; o Director do Serviço de Pessoal da Direcção de Administração dos Recursos Humanos daquele Ramo em 3 do mesmo mês; e a Subdirectora-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do MDN, acompanhada pelo Director do Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes, em 20 de Setembro.

Deslocaram-se também à Sede Nacional, durante a campanha eleitoral para a Presidência da República, as candidaturas do PCP, Bloco de Esquerda e MRPP.

Em 2006, a ADFA participou activamente nas organizações e iniciativas internacionais, com especial incidência:

- na Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, por forma a colmatar as discrepâncias e desigualdades existentes, quer a nível mundial, quer dentro da União Europeia, destacando-se a nossa presença;

- na 20.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, que decorreu em Praga de 11 a 14 de Maio; e,

- na 61.ª Reunião do Conselho Geral e na 25.ª Assembleia-Geral, que tiveram lugar em Kuala Lumpur de 2 a 7 de Dezembro. Salienta-se que, nestas reuniões, se produziu uma revisão estatutária, da qual sobressai a extinção do antes mencionado Conselho Geral

Durante o ano de 2006, a intervenção e contributo da ADFA, relativamente à política Nacional de Reabilitação, cifrou-se mais pela análise da legislação que foi sendo produzida, com contributos objectivos para o seu melhoramento, sempre que estiveram à discussão pública, e intervenção externa, quando os documentos publicados detinham ideias, conceitos ou disposições lesivas dos cidadãos com deficiência ou do movimento a que se acolhem.

Tal preocupação não saiu da vertente de envio de documentação, dada que não foi possível agendar com os responsáveis políticos desta área, qualquer audiência ou reunião de trabalho. Um ano mais, foi bastante discreta a comemoração nacional do "Dia Internacional da Pessoa com Deficiência", que vinha constituindo momento importante em cada ano, para o encontro e meditação das políticas de reabilitação, por parte de pessoas com deficiência e suas associações.

Verificou-se que a actividade do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência decresceu, no entanto, remeteu às ONG da área da deficiência, para consulta, o I Plano de Acção para a Integração e Participação das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade - 2006/2009, ao qual a ADFA fez uma aturada apreciação, com um longo e circunstanciado documento então enviado. Sobre este documento, a ADFA emitiu um parecer específico acerca do

ADFA - BALANÇO DA TIPOGRAFIA ESCOLA

CODIGOS CONTAS	ACTIVO	2006			2005				
		ACTIVO BRUTO	AMORT. E PROVIS.	LIQUIDO	LIQUIDO	CODIGOS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2006 PASSIVO LÍQUIDO	2005 LÍQUIDO
	IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO		
	Imobilizações Corpóreas								
422	Edifícios e Outras Construções								
423	Equipamento Básico	554 343,88	472 658,24	81 685,64	81 854,97	571	Reservas	336 124,93	336 124,93
424	Equipamento de Transporte	34 099,44	27 088,86	7 010,58	0,00				
425	Ferramentas e Utensílios	1 174,66	147,08	1 027,58	1 174,66	59	Resultados Transitados	3 439,85	-10 851,06
426	Equipamento Administrativo	16 604,86	15 196,58	1 408,28	5 127,06				
429	Outras Imobilizações Corpóreas	37 047,28	18 512,74	18 534,54	22 400,15				
	Imobilizações Em Curso								
		643 270,12	533 603,50	109 666,62	110 556,84	88	Resultado Líquido do Exercício	2 373,27	14 290,91
							Total do Capital Próprio	341 938,05	339 564,78
	CIRCULANTE						PASSIVO:		
36	Mat. Primas, Subs. de Consumo	24 593,20		24 593,20	6 935,41		DÍVIDAS TERC. -M/L PRAZO		
35	Produtos e Trabalhos em Curso	647,10		647,10	0,00		DÍVIDAS TERC. -C. PRAZO		
32	Mercadorias					261	Fornecedores de imobilizado c/c	23 114,84	0,00
		25 240,30		25 240,30	6 935,41		DÍVIDAS TERC. -C. PRAZO		
211	Clientes - C/Corrente	135 244,58		135 244,58	146 126,36	221	Fornecedores - C/Corrente	37 615,22	50 746,98
24	Estado e Outros Entes Públicos					24	Estado e Outros Entes Públicos	8 208,01	20 937,91
268	Centros Produtivos					268	Sede / Delegações		
268	Sede / Delegações	76 671,54		76 671,54	78 540,69	268	Centros Produtivos		
268	Outros Devedores	276,73		276,73		268	Outros Credores	283,50	83,40
		212 192,85		212 192,85	224 667,05			46 106,73	71 768,29
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS						ACRÉSC. E DIFERIMENTOS		
159	Outros Títulos Negociáveis						Acréscimos de Custos	19 566,14	16 864,70
12+13+14	Depósitos Bancários	83 003,13		83 003,13	85 257,00	273			
11	Caixa	249,40		249,40	249,40				
		83 252,53		83 252,53	85 506,40				
	ACRÉSC. E DIFERIMENTOS						Total do Passivo	88 787,56	88 632,99
271	Acréscimos de Proveitos								
272	Despesas com Custo Diferido	373,46		373,46	532,07				
		373,46		373,46	532,07				
	Total do Activo	964 329,26	533 603,50	430 725,76	428 197,77		Total Cap. Próprio e Passivo	430 725,76	428 197,77

ADFA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA TIPOGRAFIA ESCOLA

CODIGOS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	2006		2005			
		2006	2005	2006	2005		
61	Custo das Mercadorias Vendidas	61 834,86	100 779,86	71	Vendas de Mercadorias		
		61 834,96	100 779,86	72	Prestação de Serviços	383 218,74	407 507,65
					Variação da Produção	0,00	1 614,00
62	Fornecim. e Serviços Externos	137 020,58	111 412,40			383 218,74	409 121,65
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	120 460,88	129 297,50	73	Proveitos Suplementares		
645	Encargos Sociais	27 907,49	21 208,91	74	Subsídios à Exploração		
		148 368,37	261 918,81	76	Outros Proveitos Operacionais		
	Amortizações/Ajustamentos do Exercício						
66	Provisões	33 937,33	32 102,46		Proveitos e Ganhos Financeiros		
67					Outros Juros e Proveitos Similares	805,64	694,96
		33 937,33	32 102,46	78		805,64	694,96
63	Impostos	15,60	11,62				
65	Outros Custos Operacionais	15,60	11,62	79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	3,34	4,20
						3,34	4,20
68	Custos Financeiros						
	Juros e Custos Similares	477,71	705,79				
		477,71	705,79				
69	Custos e Perdas Extraordinárias		11,36				
88	Resultado Líquido do Exercício	2 373,27	14 290,91				
	Total do Débito	384 027,72	409 820,81		Total do Crédito	384 027,72	409 820,81

uso da terminologia "incapacidade, adoptado nos referidos documentos, quando se encontra mais consensual e aceite entre nós a palavra "deficiência", Verificamos no entanto que, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006, de 21 de Setembro, que aprovou o PAIPDI, mantém a terminologia "incapacidade"

Outras disposições legislativas foram publicadas durante o ano, uma, porém, suscitou-nos uma tomada de posição veemente, dado que o n.º 7 do Decreto-Lei n.º 128/2006, de 5 de Julho, assumia claramente a atribuição de uma matrícula específica para as viaturas novas, adquiridas por pessoas deficientes, da qual se deu conhecimento às mais altas instâncias dos poderes públicos, políticos, parlamentares e governamentais. Em consequência, a ADFA foi recebida, para clarificar as suas razões junto de assessores do Secretário de Estado da Administração Interna, em reunião ocorrida em 31 de Agosto

Contudo, outros diplomas, como o PAIPDI já citado, mereceram o nosso assentimento, pela sua largueza de vistas e forma como abrem horizontes para a população deficiente, assim eles passem da letra do papel, para a prática da vida diária deste sector mais vulnerável da nossa comunidade:

- o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, que aprova o Plano Nacional de Acessibilidades, reequacionando, e de forma altamente positiva, toda a filosofia de construção e adaptabilidade dos edifícios e espaços públicos e particulares, uma remodelação e

aperfeiçoamento do avançado, mas esquecido, Decreto-lei n.º 123/97, de 22 de Maio; e,

- a Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto, que dá forma legal, proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, um sério contributo da Assembleia da República para um maior reconhecimento do direito das pessoas com deficiência à sua participação social e pleno exercício da cidadania.

Continuaram a envidar-se esforços para a melhoria de relacionamento com o movimento associativo das organizações da área da deficiência, na tentativa de encontro de uma plataforma credível, que concite esforços para a defesa dos direitos dos cidadãos portadores de deficiência, no intuito do seu cada vez maior acolhimento por parte dos poderes públicos e privados e da comunidade em geral. Este objectivo foi positivamente levado a cabo, conforme já se aflorou, no caso da discordância generalizada do movimento associativo em relação à alteração da forma de cálculo da incidência do IRS sobre os rendimentos de trabalho e pensões auferidos por cidadãos deficientes.

ADFA, Sede Nacional, 21 de Fevereiro de 2007

O presidente da Direcção Nacional,
José Eduardo Gaspar Arruda